



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
E PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

OS TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA EM GOIÂNIA

Valdir Inácio do Prado Júnior

Orientador: Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa

Goiânia, Março de 2018



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
E PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

OS TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA EM GOIÂNIA

Valdir Inácio do Prado Júnior

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC-Goiás como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa.

Goiânia, Março de 2018

P986t Prado Júnior, Valdir Inácio
Os territórios da prostituição masculina em
Goiânia
[manuscrito] / Valdir Inácio Prado Júnior. -- 2018.
83 f.; il.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Goiânia, 2018

Inclui referências f.75-80

1.Planejamento urbano - Goiânia. 2. Prostituição -
territórios.
I. Barbosa, Ycarim Melgaço. II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás.III. Título.

CDU: 711.4(817.3)(043)

Valdir Inácio do Prado Júnior

OS TERRITÓRIOS DE PROSTITUIÇÃO MASCULINA EM GOIÂNIA

Dissertação defendida no curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, como parte das exigências para obtenção do título de mestre. Aprovada em 08/03/2018 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Dr. Ycarini Melgaço Barbosa – Orientador – PUC Goiás



Dr. Leonardo Guerra de Rezende Guedes – PUC Goiás



Dr. Emídio Silva Falcão Brasileiro – Faculdade Cambury

Goiânia,
março, 2018

Esta dissertação eu dedico ao meu
companheiro e eterno amigo Cristian
Hernan Gracia.

AGRADECIMENTOS

O longo caminho percorrido no mestrado me fez perceber o quão é valorosa e árdua a tarefa de obter conhecimento. Neste sentido, o ato de agradecer nada mais é do que reconhecer tudo e a todos durante estes dois anos de estudo.

Primeiramente, agradeço a Deus – Onisciente e Onipotente –, que esteve e está comigo em todos os momentos.

Ao meu orientador, Professor Dr. Ycarim Melgaço Barbosa, que sempre me ensinou e orientou com brilhantismo. Saiba que te admiro muito, pois és recheado de conhecimento e humildade. Obrigado pela paciência, obrigado por me orientar sem se preocupar com a hora; e, principalmente, por me incentivar e não me deixar desistir. Percebi que, com seu auxílio, me tornei uma pessoa melhor.

Aos meus amigos, Maurício Benício Valadão e Rafaela Veronezi, que me incentivaram a ingressar no mestrado e me empurraram adiante. Agradeço pelo ensinamento, pela paciência, pela amizade, pelo conhecimento e por toda ajuda. Vocês contribuíram muito em minha formação. Obrigado por me fazerem acreditar que sempre posso mais, e por todo o cuidado que tiveram comigo durante este tempo.

Ao Cristian Hernan Gracia, meu esposo, amigo e companheiro de todos os momentos; obrigado por tudo. Obrigado pela paciência, por aguentar as chatices cotidianas, pelos ensinamentos, por ser meu equilíbrio e pelo grande amor que depositas em mim. Sem você, este trabalho não seria possível. Obrigado por me levantar, por me fazer enxergar, por me fazer entender que tudo é possível. Amo você!

Aos meus amigos e aos amigos que o mestrado me fez conhecer. Foram doze meses de aulas, conhecimentos, bastante humor, saídas, descontração e muita amizade.

Aos professores que fizeram parte da minha caminhada durante o processo, muito obrigado pelo conhecimento e dedicação.

Aos participantes da minha pesquisa, os michês, que me ensinaram a desconstruir o meu pré-conceito acerca deles, passando-os a enxergar com um olhar mais humano. Vocês foram fundamentais nesta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que direta e indiretamente me auxiliaram durante este tempo. Muito Obrigado!

“Para diminuir o seu pré-conceito, nos trate todos como seres humanos”.

C.J.

Uma das coisas mais inteligentes que podemos saber é “saber que não sabemos”. Só é possível caminhar em direção a excelência sabendo que não sabemos algumas coisas.

Mário Sérgio Cortella.

RESUMO

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa realizada com homens que praticam a prostituição, também conhecidos como michês ou garotos de programa. Historicamente, a prostituição masculina é menos visível que a feminina; porém, vem ganhando maior visibilidade nos últimos tempos, devido ao seu adensamento nos espaços públicos e privados dos centros urbanos e à sua maior divulgação a partir da evolução dos meios de comunicação em massa e das novas tecnologias de comunicação. A presente pesquisa foi realizada com a finalidade de identificar e analisar os territórios desses sujeitos em ambientes públicos e privados na região central de Goiânia, estado de Goiás. Assim, pesquisas bibliográficas sobre o tema e a realização de entrevistas com enfoque qualitativo permitiram compreender a dinâmica inerente aos diversos territórios ocupados pelos michês na cidade. Por meio das entrevistas, foi possível identificar como atuam esses indivíduos em um cenário marcado por preconceito, discriminação, estigma e exploração, levando-os a ocultar suas atividades da família e do grupo social em que estão inseridos. Parte desses garotos, provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo, baixo nível de escolaridade e pouca qualificação profissional, encara a prostituição como uma forma de sobrevivência, atuando em um ou mais territórios.

Palavras-chave: Prostituição masculina. Território. Goiânia.

ABSTRACT

This dissertation is the fruit of a research held with men who practice prostitution, also known as rent boys or hustlers. Historically, male prostitution is less visible than that of females; however, it has gained more visibility lately, due to its densification in public and private spaces from urban centers and also its higher dissemination after the evolution of the means of mass communication along with new communication platforms. The present study was conducted with the intention of identifying the territories of such subjects in public and private surroundings in the central area of Goiânia, state of Goiás. Thus, bibliographical researches on the theme and the completion of qualitative-focused interviews allowed us to comprehend the dynamics inherent to the several territories occupied by hustlers in the city. Through these interviews, it was possible to identify the way these individuals act in a scene marked by prejudice, discrimination, stigma and exploitation, which leads them to hide their activities from their families and from the social group in which they are inserted. Some of these boys, who come from low income families and have low level of education and few professional qualifications, view prostitution as a means of survival, acting in one or more territories.

Keywords: Male prostitution. Territory. Goiânia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – A PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO AO LONGO DO TEMPO	12
1.1 A prostituição no Brasil	14
1.2 A prostituição Feminina.....	16
1.3 A prostituição masculina	17
1.4 As Determinações Socioeconômicas da Prostituição	23
CAPÍTULO 2 – EPISTEMOLOGIA DO TERRITÓRIO	29
2.1 Noções de território	30
2.1.1 A Dimensão Simbólica de Território.....	33
2.1.2 Territorialidade, Desterritorialização e Reterritorialização	38
2.2 Territorialidade no Meio Urbano	40
2.3 Territorialidade e Prostituição Masculina	45
2.4 O Território Corpo como Elemento de Dominação	48
CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIDADE DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA EM GOIÂNIA	52
3.1 Os Territórios da prostituição masculina em Goiânia	57
3.1.1 Perfis socioeconômico e profissional dos michês em Goiânia	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO	81
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	82

INTRODUÇÃO

A prostituição, tanto feminina quanto masculina, é uma atividade praticada desde tempos remotos. Isso já ocorria na Grécia e em Roma na Antiguidade. Ressalta-se que a prostituição feminina sempre recebeu maior notoriedade. A prática, contudo, vem se modificando ao longo do tempo, conforme mudanças na própria sociedade. Observa-se que, à medida que mudanças econômicas e sociais ocorrem e as desigualdades entre grupos sociais aprofundam-se, a prostituição expande-se, notadamente entre as mulheres, que passam a se prostituir, com vistas à sobrevivência e a melhores condições de vida.

Sabe-se que prostituição, através dos tempos, não é bem vista e aceita nas sociedades, sendo que, em muitas delas, foi segregada. Por conseguinte, alguns espaços foram surgindo para que a prática se realizasse, como bordéis, cabarés, zonas, prostíbulos, entre outros. Nota-se que, atualmente, as mídias digitais vêm contribuindo para a divulgação desse ofício. Assim sendo, a prostituição tem ocupado novos territórios, produzindo territorialidades flexíveis, de acordo com as necessidades e tendências contemporâneas.

Sob a égide do capital, a prostituição caracteriza-se como prática que envolve duas ou mais pessoas com finalidade monetária, isto é, consiste na prestação de serviços sexuais, envolvendo pagamento, geralmente na forma de dinheiro. Desse modo, pode-se afirmar que a prostituição tornou-se um tipo de prática lucrativa que contribui, de um lado, para a exploração sexual e a manutenção dos interesses de determinados grupos sociais – notadamente aqueles ligados à indústria do sexo – e, de outro, à satisfação das necessidades humanas de sobrevivência, considerando que, na sociedade capitalista, os indivíduos somente têm acesso a bens de uso e consumo e a serviços mediante o recebimento de salários.

Na contemporaneidade, nota-se que a sociedade está marcada pelo capital financeiro fetichizado; o consumo tem sido incitado de todas as formas, levando os indivíduos a buscarem estratégias de sobrevivência e inserção no mundo do trabalho como meio de inclusão e acesso a bens e serviços. Neste sentido, constata-se a existência de indivíduos que buscam, na prostituição, uma forma de atender a suas necessidades materiais, seus desejos e até mesmo sonhos.

No Brasil, verifica-se, atualmente, uma conjuntura bastante delicada em termos econômicos, o que reflete em alto índice desemprego, aprofundamento das

desigualdades socioeconômicas, queda nos níveis de educação, entre outros. Isso tem contribuído para a ampliação de diversas formas de trabalhos precários, exercidos sem a garantia de direitos, com implicação nas questões sociais. É neste cenário que a prostituição se configura como alternativa de sobrevivência.

Neste contexto, a prostituição, em especial a masculina, vem adquirindo maior visibilidade, principalmente por meio do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Isso permite a essa prática ocupar novos territórios, para além das ruas. Dessa forma, os garotos de programas podem oferecer seus serviços em jornais, salas de bate-papo e de namoro na internet, aplicativos para *smartphones*, boates, saunas masculinas, bares, casas de massagem, entre outros territórios.

Assim como a prostituição feminina, a masculina tem uma relação estreita com o espaço. Essa relação é pouco discutida dentro da Geografia, sendo mais abordada pela Sociologia, Antropologia e Psicologia. No entanto, entende-se que conhecer a relação territorial que esses profissionais estabelecem com seus espaços, particularmente por meio da prostituição de rua, permite aprofundar e enriquecer o conhecimento sobre território e territorialidade, pois viabiliza uma reflexão para além daquela baseada somente na questão Estado-Nação, a qual essa categoria estava atrelada.

Neste sentido, a proposta da presente pesquisa não é apenas refletir sobre território e territorialidade, mas também compreender a dinâmica dos profissionais do sexo, conhecidos como michês, que atuam na região central de Goiânia. Busca-se, portanto, conhecer e compreender o modo de vida, a relação com o espaço, os códigos, as regras e as relações que eles estabelecem com outras territorialidades.

A pesquisa com os michês justifica-se pelo fato de a presença deles na cidade de Goiânia ser bastante significativa. Trata-se de profissionais que formam territórios na capital, embora não sejam percebidos pela população, como ocorre com os territórios das garotas de programa e dos travestis.

Neste estudo, a categoria territorialidade diz respeito às estratégias e práticas espaciais que permitem a apropriação e a manutenção de territórios por parte desses profissionais do sexo, bem como destaca a sua identidade territorial. Já com relação à especificação dos michês, considera-se o fato de que, quando se aborda a prostituição masculina, isso se refere tanto aos travestis quanto aos próprios michês – com diferença marcante entre esses dois grupos –, pois estes vendem uma

imagem de masculinidade viril, e aqueles, uma imagem de feminilidade, embora nem sempre atuem como passivos em uma relação mais íntima com seus clientes.

Diante disso, algumas questões foram levantadas, para as quais se buscou respostas nesta pesquisa, a saber: quais as razões econômicas e psicossociais que levam ao exercício dessa atividade? Que fatores condicionam as escolhas de territórios feitas pelos michês?

Assim, o objetivo principal deste estudo é analisar os territórios dos michês em ambientes públicos e privados na região central Goiânia, destacando a apropriação, o controle e as relações socioespaciais existentes. Os objetivos específicos são: traçar o perfil socioeconômico dos michês; identificar as regras presentes em seus territórios; e descrever as condições que permeiam o trabalho exercido por eles.

Esta pesquisa configura-se como descritiva qualitativa, isto é, procurou-se observar, descrever e refletir sobre a prostituição dos garotos de programa em suas diversas territorialidades. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram, primeiramente, em um levantamento bibliográfico de obras que versam sobre território e territorialidade, a fim de compreender os territórios da prostituição, além de obras que abordam o tema prostituição, especialmente a dos michês. Logo após, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário de caráter sociodemográfico e de uma entrevista semiestruturada, com a finalidade de levantar informações sobre suas condições de trabalho e os territórios onde atuam.

No primeiro capítulo, discorre-se sobre a prática da prostituição ao longo do tempo, com destaque para a prostituição no Brasil, as características da prostituição feminina e masculina, bem como os fatores determinantes dessa prática.

No segundo, são abordadas as categorias território e territorialidade, tendo como foco as concepções de território e territorialidade no meio urbano, territorialidade e prostituição masculina e território corpo como elemento de dominação.

No terceiro e último capítulo, a análise volta-se para a territorialidade da prostituição masculina em Goiânia, com ênfase na transformação espacial dessa cidade ao longo do tempo, além de abordar a questão da prostituição masculina e os territórios dessa atividade com base nos resultados da pesquisa de campo.

CAPÍTULO 1 – A PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO AO LONGO DO TEMPO

Discorrer sobre a evolução da prostituição no Brasil e no mundo, no contexto do tema deste trabalho, é fundamental para a compreensão acerca da territorialidade dessa atividade. A prostituição é considerada uma das profissões mais antigas do mundo; de fato, surgiu ainda nas primeiras organizações sociais da Antiguidade. Em algumas sociedades teve destaque social; em outras foi segregada (BRAZ, 2011).

Com o advento do mercantilismo, tornou-se uma atividade comercial voltada para o atendimento das necessidades das diversas classes sociais, muitas vezes praticada em determinados contextos sob o comando de importantes governantes, fossem esses políticos ou clérigos, conforme esclarece Braz (2011). Essa apropriação mercantil foi um dos fatores determinantes na territorialidade da prostituição. Vale ressaltar que esse contexto diz respeito à prostituição feminina.

O mercantilismo tem como uma de suas características a segregação da sociedade em classes. Tem-se uma classe composta por aqueles que produzem e acumulam riquezas; e outra, pelos excluídos, que procuram meios de sobrevivência, de desenvolver-se economicamente. É nesse cenário que a prostituição adquire um novo caráter, mais comercial, aderindo à dinâmica do capitalismo. Além disso, o ato de prostituir-se, de acordo com a análise de Braz (2011), torna-se intensamente discriminado, e essa prática acaba por influir na organização espacial das cidades em diversas sociedades, gerando várias territorialidades no espaço urbano.

Salienta-se que, no decorrer do desenvolvimento das civilizações, a prostituição também vai passando por mudanças em sua estrutura, no espaço em que é praticada, enquadrando-se ao modo de vida e de organização da sociedade em que está inserida. Essa mudança pode ser percebida em sua evolução histórica.

Com base na análise da literatura existente sobre o tema, Braz (2011) destaca que a prostituição remonta aos povos caldeus, visto que era costume entre estes oferecer suas mulheres e filhas para os visitantes como forma de hospitalidade. O caráter profano dessa prática é que a caracterizava como prostituição, uma vez que do ponto de vista cultural e social era aceitável.

Outros povos, por sua vez, cultuavam a chamada prostituição sagrada. Isso ocorria entre os babilônicos. A prostituição fazia parte do cotidiano social deles (BRAZ, 2011). Nessa sociedade as mulheres deviam, pelo menos uma vez ao ano,

deitar-se com os visitantes dos templos, de modo a perpetuar a cultura desses povos. Observa-se que os templos eram os espaços onde essa prática ocorria, o que denota não somente uma territorialidade física, mas também cultural e religiosa.

De acordo com Ceccarelli (2008), em outras sociedades, como a mesopotâmica e a egípcia, a prostituição estava vinculada a divindades, sendo que as sacerdotisas prostitutas eram consideradas sagradas e, em troca de favores sexuais, elas recebiam presentes. Já na Grécia Antiga, existiam as hierodule, mulheres sagradas que, em ocasiões especiais, ofereciam serviços sexuais. Mas estas, conforme destaca o autor supracitado, não podem ser vistas como prostitutas no sentido em que hoje é atribuído ao termo, haja vista que elas eram consideradas a própria encarnação de Afrodite, a deusa do amor e da fertilidade. Assim, ainda que fossem escravas do mesmo modo que as deikteriades (prostitutas que eram propriedades dos cidadãos comuns), elas usufruíam de maiores regalias e privilégios.

A prostituição era comum no cotidiano social da sociedade grega, sendo considerada um meio de obtenção de renda como qualquer outro, e sua prática era controlada pelo Estado (CECCARELLI, 2008). Geralmente, as prostitutas eram conhecidas como porné. Elas pagavam impostos e se concentravam em bairros distantes da cidade, de modo que, no processo de territorialidade do espaço urbano grego, essa prática foi discriminada e condicionada a um espaço próprio (BRAZ, 2011).

Se na Grécia as diferenciações ocorriam no processo social como um todo, o mesmo acontecia no âmbito da prostituição. Tanto é que entre as várias categorias de prostitutas existentes havia as hetairas, de condição social mais elevada, consideradas como a elite nessa prática. Essas mulheres eram mais intelectualizadas, recebiam o alto escalão da sociedade grega e eram competentes nas articulações políticas. A elas era permitido frequentar o universo masculino e participar das atividades reservadas aos homens. Inclusive, trabalhavam em bordéis do Estado sem sofrer represálias (CECCARELLI, 2008; BRAZ, 2011).

Já na cultura judaica, a prostituição não era aceita de modo algum. Acerca dessa prática, as sanções e penas determinadas pela Lei Mosaica eram severas, inclusive com pena de morte. Destaca-se que a prostituição sempre foi condenada pela moral cristã, que a considerava responsável pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis (CECCARELLI, 2008).

Ceccarelli (2008), além de destacar as características dessa prática em cada sociedade, ressalta as mudanças sociais, econômicas, políticas e religiosas. Uma dessas mudanças ocorreu no século XII, quando então o amor cortês passou a se disseminar na sociedade europeia. Os casamentos passaram a ser arranjados, movidos por interesses políticos e econômicos, em detrimento dos sentimentos dos cônjuges. Em consequência disso, a prostituição ampliou-se, tornando-se até mesmo regulamentada e protegida por lei. Em muitas cortes, as prostitutas adquiriram grande poder, em virtude do conhecimento que tinham sobre questões estratégicas do próprio Estado (CECCARELLI, 2008).

No século XVI, a reforma religiosa implicou novo momento para a prostituição feminina. Em decorrência desse movimento, o puritanismo passou a nortear a política, os costumes e a conduta social. Além disso, a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis suscitou uma nova atividade da sociedade e da Igreja Católica. Esta passou a combater de frente o problema da prostituição, recorrendo aos seus dogmas e aos preceitos bíblicos. Assim, a ação conjunta entre as Igrejas Católica e Protestante levou a prostituição à clandestinidade, embora ainda existissem algumas cortesãs nas cortes europeias e em suas colônias (CECCARELLI, 2008).

Com a Revolução industrial no século XVIII, a prostituição expandiu-se. Com base nas mudanças econômicas e sociais decorrentes dessa revolução, a presença das mulheres no mercado de trabalho ampliou-se, mesmo em condições desfavoráveis e de desigualdade em relação aos homens. Por conseguinte, a prostituição expandiu-se, pois muitas mulheres passaram a se prostituir em troca de favores e melhores condições de vida (CECCARELLI, 2008).

Nota-se que as novas práticas mercantilistas influenciaram o processo de evolução da prostituição, provocando, sobretudo, mudanças civis que propiciaram a acomodação e o desenvolvimento de prostíbulos, espaços discriminados pelo chamado “cidadão de bem” (BRAZ, 2011). Mesmo assim, a prostituição veio conquistando autonomia, firmando-se como uma atividade a qual se tem recorrido como alternativa de sobrevivência, complemento de renda e obtenção de uma vida mais confortável.

1.1 A prostituição no Brasil

No Brasil, a prostituição começou com o povoamento desta terra ainda no Período Colonial. De acordo com informações apresentadas por Braz (2011), naquela época foram enviados para cá pessoas que agrediam os padrões sociais da metrópole (Portugal), os segregados, os falidos e até mesmo as prostitutas, o que conferiu uma identidade social à nova colônia. Depois de uma série de acontecimentos na metrópole, a família real transferiu-se para o Brasil em busca de refúgio. Esse acontecimento implicou significativas mudanças na paisagem e nas estruturas urbanas.

Outras mudanças em decorrência da vinda da coroa para a colônia foram a abolição da escravatura e, posteriormente, a chegada dos imigrantes, o que resultou no inchaço populacional do espaço urbano. Consequentemente, as oportunidades de emprego para os homens se tornaram limitadas, e para as mulheres, ainda mais raras. Assim, a estas restaram atividades como o trabalho doméstico, o artesanato, a cartomancia, além das funções de lavadeiras, dançarinas e atrizes, ocupações vistas com preconceito e relacionadas com a prostituição (BRAZ, 2011).

Neste novo contexto socioeconômico, ocorreu a disseminação da prostituição, visto que começaram a se prostituir as escravas e as escravas livres, as brasileiras e as imigrantes, inserindo-se no alto ou no baixo meretrício, ocupando e influenciando a organização do território da cidade com os demais excluídos. Na tentativa de amenizar a desorganização que então se configurava, o poder vigente enviava prostitutas para povoar áreas distantes e de difícil acesso, ao mesmo tempo em que tentava controlar a expansão dessa atividade, sendo isso também uma forma de puni-las (BRAZ, 2011).

Naquela época, o Rio de Janeiro, que polarizava o desenvolvimento socioeconômico da colônia, começou a se tornar uma cidade desorganizada e turbulenta. Para organizá-la as autoridades recorreram à saúde pública, relacionando essa problemática com a prostituição e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis. Dessa forma, atribuiu-se à prostituição a responsabilidade pela transmissão dessas doenças e também pela desorganização social; portanto, essa atividade precisava ser controlada.

De acordo com a análise de Andrade e Teixeira (2004), no Brasil, no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, a prostituição e a exploração das prostitutas eram práticas fortemente condenadas. Tolerava-se, em certa medida, a frequência dos homens nos cabarés, uma vez que a sexualidade

masculina era percebida como uma necessidade que precisava ser satisfeita, o que já não acontecia em relação às mulheres. A prostituição era ainda justificada pelo discurso social, atribuindo-se às desigualdades sociais o descontrole moral gerado nos ambientes das grandes cidades.

Andrade e Teixeira (2004) entendem que embora a prostituição não fosse considerada crime, era vista como um comportamento que precisava ser controlado e regulamentado pelas autoridades policiais e médicas. A principal prática de controle adotada foi a concentração das prostitutas em bordéis ou cabarés localizados em determinada região da cidade, facilitando, desse modo, a vigilância policial e sanitária, bem como a retirada delas das ruas.

Conforme destacam Andrade e Teixeira (2004), nas cidades brasileiras a região em que as atividades de prostituição se concentravam era denominada de zona. E mesmo que esta não comportasse toda a prostituição da cidade, era o lugar mais conhecido e de maior concentração. Pode ser citada como exemplo a cidade de Belo Horizonte, onde a zona localizava-se em sua parte mais baixa, em uma região denominada de “quadrilátero da zona”.

No período mencionado, surgiu em São Paulo a chamada zona do meretrício, sob a influência da concepção higienista de médicos, criminologistas e autoridades públicas de que a prostituição, assim como todas as “sexualidades perigosas”, representavam riscos à saúde e deveriam ficar segregadas (RAGO, 1996). Também, na cidade do Rio de Janeiro, a prostituição foi segregada e concentrada na chamada região do Mangue (AFONSO; SCOPINHO, 2013).

Em sua análise sobre a historicidade da prostituição, Braz (2001) lança o olhar para o século XXI e identifica um novo momento dessa atividade em função de várias mudanças, como o avanço tecnológico, a quebra de tabus e de preconceitos, e a diversidade que invade a sociedade patriarcal, com conseqüente mudança na estrutura da família e renovação de opiniões e comportamentos. Trata-se de um momento de profundas mudanças sociais, com a prostituição mantendo-se viva e adaptada a essas inovações da sociedade contemporânea.

1.2 A prostituição Feminina

Devido a essas mudanças, a prostituição feminina não é mais o foco da discriminação e do preconceito da sociedade, devido ao surgimento de outros

atores: os maníacos, os pedófilos, as pessoas que gostam de outras do mesmo sexo, os travestis – que muitas vezes entram em conflito com prostitutas – etc. Neste contexto, a sociedade dirige seu olhar crítico para esses novos atores da sexualidade. Por outro lado, a prostituição vem mudando de faceta, não se limitando mais às ruas e aos bordéis e nem às garotas da periferia. Por conseguinte, formam-se no espaço urbano territórios flexíveis voltados para a prostituição, conferindo novas formas a esse espaço (BRAZ, 2011).

Braz (2011) entende que, atualmente, as prostitutas de luxo, provenientes da sociedade burguesa, desmistificaram a imagem da prostituta sem instrução e pertencente a famílias pobres. As prostitutas dividem os territórios visíveis e invisíveis (anúncios de jornais, sites de prostituição etc.); estão mais elitizadas e intelectualizadas. Essas mulheres cursam faculdades com recursos provenientes dessa atividade. Embora não seja civilmente regulamentada, é tomada como um meio de fonte de renda por muitas prostitutas e, até mesmo, considerada, utopicamente, como meio de desenvolvimento e ascensão social (BRAZ, 2011).

No contexto dessas mudanças, infere-se que a prostituição saiu das pocilgas da Antiguidade, passou pelos bordéis e pelas ruas, formando territórios. Ocupou novos espaços ao emergir nos clubes de luxo, na internet, nos anúncios de jornais, e tornou-se objeto de análise no âmbito das relações interpessoais que se configuram no espaço social urbano do século XXI. Produz e reproduz ideologias e territorialidades flexíveis de acordo com suas necessidades, ou seja, o ato de prostituir-se vai sendo reformulado para adaptar-se às novas necessidades e tendências da contemporaneidade capitalista (BRAZ, 2011). Apesar da liberdade sexual atualmente, que de certo modo tem banalizado o sexo, a prostituição não saiu de cena; ao contrário, está cada vez mais evidente em diversos espaços, tornando-se, inclusive, uma prática de luxo, uma mercadoria de alto valor, e oferecida em diversos meios de comunicação.

1.3 A prostituição masculina

É em meio a essas novas práticas que se situa a prostituição masculina. Esta vem ganhando espaço e destaque, embora seja menos visível que a feminina (ALCÂNTARA, 2009). De um modo geral, a prostituição masculina deve-se a fatores de ordem econômica. Porém, não é um fato recente na história da humanidade. Na

literatura sobre o tema, há informações de sua existência na Grécia Antiga e no Império Romano (FOUCAULT, 1994; CECCARELLI, 2008).

Na Grécia Antiga, a prostituição masculina existia na figura dos pórnói, homens que atendiam a homens e mulheres, e que também pagavam taxas nos bordéis de Atenas, sendo que essa atividade não era considerada algo escandaloso, conforme relatado por Ceccarelli (2008).

Ainda na sociedade grega da Antiguidade, Parent et al. (1948) mencionam que os relacionamentos entre homens tornaram-se bastante incidentes, fato este que, de certa forma, estimulou a prostituição feminina, com a finalidade de combater a relação íntima entre homens. Mas não havia uma ação contra o prostituto, e sim uma tentativa de inibir a expansão das relações entre homens.

Por sua vez, Foucault (1994) relata que no Império Romano existiam determinados espaços, formal e legalmente instalados nas cidades, nos quais essa prática ocorria, como era o caso das termas e as casas de banho, que se constituíam em lugares de prazeres quase públicos. O autor menciona ainda que as casas de banho continuaram existindo na Idade Média, em várias regiões da Europa, e serviam como local de encontro entre homens e mulheres. Contudo, foram desaparecendo aos poucos, entre os séculos XVI e XVII. Importa mencionar que, no período cristão, a prostituição masculina não era tolerada no Império Romano, sendo essa prática duramente combatida e até punida com a morte, o que provavelmente foi um fator que determinou o desaparecimento daqueles espaços (PARENT et al., 1948).

De acordo com Parent et al. (1948), a prostituição masculina em Roma surgiu devido às punições que eram impostas às mulheres adúlteras. Os prostitutos, por sua vez, não eram sujeitos à fiscalização, e nem castigados pelas leis romanas, visto que, de um modo geral, eram filhos de escravos, grupo social desprivilegiado, e apresentavam aspectos afeminados. Parent et al (1948) ressaltam ainda que a prostituição masculina era expressiva na Roma Antiga, sendo que, para cada classe de prostitutas, existia uma de prostitutos.

Em seu relato histórico sobre a prostituição em Roma, Trevisan (1998) menciona que existiam prostitutas e prostitutos perambulando pelas ruas da cidade, e o homem romano podia ter relações sexuais tanto com mulheres quanto com homens. Antes do estabelecimento do cristianismo no Império Romano, a prostituição masculina era praticada livremente, uma vez que não estava atrelada às

leis romanas. Mas, após a instituição do cristianismo por Constantino, essa prática passou a ser reprovada e combatida, levando-a a clandestinidade. Essa passou a ser praticada em áreas restritas e mantida em sigilo (ALCÂNTARA, 2009).

Com relação ao período da Idade Média, Parent et al. (1948) fazem referência à Ordem dos Templários existente na França. Essa ordem cultivava práticas sodomitas, provavelmente adquiridas durante a estada no Oriente. Seus membros foram acusados de heresia e imoralidade pela Igreja Católica. Conforme esclarecem Parent et al. (1948), as práticas homossexuais e a prostituição masculina foram usadas como argumentos por aquela instituição para acabar com a ordem, sendo que muitos de seus membros foram sentenciados à morte na fogueira.

No que tange ao Brasil, Matos e Ribeiro (1995) fizeram uma revisão histórica da prostituição masculina no país, relatando que essa prática já existia no Rio de Janeiro no início do século XIX, sendo seus praticantes conhecidos como sodomitas. Estes eram encontrados nas portas de teatros, em praças públicas, em bares e em lugares escuros e pouco frequentados. Mazzeiro (1998 apud BURBULHAN, 2014) também fez uma retomada histórica da prostituição no Brasil entre os anos de 1870 e 1920. Mesmo enfocando essa prática como um fenômeno quase que exclusivamente feminino, esse autor menciona a existência dessa prática entre homens, mas associando-a à homossexualidade.

Atualmente, no Brasil, a prostituição praticada por homens vem ganhando mais visibilidade, especialmente em função das novas tecnologias de informação e comunicação. Conforme menciona Ceccarelli (2008), em algumas cidades brasileiras os guias turísticos incluem roteiros noturnos em áreas frequentadas por michês, os prostitutas masculinos, que podem ser homossexuais, bissexuais e heterossexuais. O autor ressalta que existem aqueles que ficam na rua, expondo-se e oferecendo-se aos clientes, e aqueles de classe social mais alta, como é o caso de estudantes universitários, que recorrem a essa atividade para aumentar seus rendimentos. Geralmente, estes últimos anunciam seus serviços em jornais, revistas, salas de bate-papo e de namoro na internet ou frequentam saunas masculinas.

Outro grupo de homens que se prostituem são os *escort boys*, garotos de programa vinculados a agências especializadas e que anunciam seus serviços de modo discreto e personalizado. Possuem *book* fotográfico, no qual ressaltam a beleza física, as formas do corpo e as qualidades intelectuais, com a finalidade de atender a uma clientela diferenciada, composta por homens de elevado nível

socioeconômico (CECCARELLI, 2008). Durante o levantamento dos dados não foi identificada nenhuma agência especializada em Goiânia.

Os michês atendem, majoritariamente, homens, que podem ser heterossexuais, bissexuais ou homossexuais. Mas entre os clientes existem também mulheres movidas pela curiosidade ou preferência por esse tipo de relação.

Tendo em vista que neste estudo serão analisados os territórios dos homens que praticam a prostituição masculina, discorrer-se-á a seguir sobre essa prática e sobre o termo michê, utilizado para se referir a esses profissionais do sexo.

De acordo com Honaiss e Villar (2001), do ponto de vista etimológico o termo michê tem origem francesa, mas sofreu alterações no decorrer do tempo. A princípio, referia-se ao indivíduo que se deixava enganar. Posteriormente, ainda no século XVIII, passou a ser aplicado ao indivíduo que pagava para manter relações sexuais. Nos dias atuais, a expressão refere-se ao prostituto, especificamente àquele que recebe pelos serviços que presta aos clientes.

Perlongher (1987) destaca dois sentidos para o termo michê. O primeiro é relativo ao ato de se prostituir, independentemente de quem sejam os sujeitos a quem os serviços são prestados, podendo ser mulheres, garotos de programa, heterossexuais, entre outros. O segundo faz referência a um tipo específico de sujeito que pratica a prostituição masculina, a saber: rapazes geralmente jovens que se prostituem sem desfazerem de suas características masculinas. Ao contrário do travesti, que procura valorizar o lado feminino, o michê valoriza sua virilidade e masculinidade para despertar o interesse em seu cliente (ALCÂNTARA, 2009).

Em razão da existência de diversas definições para michê e da obscuridade que envolve a origem desse termo, Perlongher (1987) recorre à expressão “prostituição viril” para diferenciar as formas de prestação de serviços sexuais por homens para obterem ganho econômico de outras formas similares à prostituição homossexual, que abrangem tanto aquela exercida por travestis quanto a praticada por homossexuais afeminados e michês-gays. Portanto, para esse autor a prostituição viril é aquela praticada por homens que se apresentam com performances masculinas, isto é, os michês-machos, que se diferenciam dos travestis, dos michês-gays ou “michês-bichas”.

A prostituição masculina existe desde a Antiguidade. Naquele período o prostituto possuía, geralmente, trejeitos afeminados e exercia o papel “de passivo” na relação sexual. Na atualidade, contudo, os aspectos afeminados não são mais

tão desejados, valorizando-se a masculinidade, os gestos mais viris e a atividade ativa no ato sexual, conforme descrito por Alcântara (2009).

Para Perlongher (1987), a divisão de papéis sexuais no âmbito da prostituição masculina, como nos casos dos michês e travestis, trata-se de estratégias adotadas por garotos de programas voltadas para a afirmação da heterossexualidade suscitada pelos clientes que desejam manter relações sexuais com rapazes heterossexuais. Contudo, o autor ressalta a existência de alternância de papéis, com o michê ora assumindo a condição de homossexual, ora a de heterossexual, com conseqüente confusão de identidade.

Outro aspecto destacado por Perlongher (1987) refere-se à entrada e à permanência dos michês na prostituição. Isso ocorre por razões de ordem econômica, fato que foi evidenciado também por Machado e Silva (2002) e Ceccarelli (2008). Embora existam outros fatores, a busca por melhores condições materiais é a principal justificativa para a prática da prostituição.

Pinel (2003), por sua vez, explica que a inserção na prostituição masculina ocorre pela falta de qualificação profissional para exercer o trabalho socialmente aceito. Assim, esses indivíduos atuam nessa atividade de duas maneiras: ou como “bico”, como complemento de renda, ou como fonte de renda principal, por considerarem-na mais sólida.

Conforme mencionam Machado e Silva (2002), ainda que o dinheiro seja a principal razão para a permanência dos garotos de programa na prostituição, a maior parte deles deseja abandonar essa atividade e trabalhar em áreas de seu interesse, fato este enfatizado também por Perlongher (1987).

Em seus estudos sobre prostituição masculina, Fábregas-Martinez (2000) constatou que os homens que se prostituem veem essa atividade como temporária, na qual pretendem permanecer até encontrarem um emprego melhor, que lhes garanta o sustento. Contudo, devido aos rendimentos mais vantajosos propiciados pela prostituição e a baixa escolaridade da maioria, eles acabam desistindo de se inserir no mercado formal de trabalho.

Sobre os espaços em que a prostituição masculina é praticada, Matos e Ribeiro (1995) apontaram que essa ocorre especialmente em lugares públicos, mas não se restringe a eles, ocorrendo também em ambientes privados, como os prostíbulos, as saunas e as casas de massagem, onde é possível contratar esses homens pessoalmente ou por telefone. Barreto (2012) ratifica essa afirmação ao

afirmar que a prostituição masculina tem se proliferado cada vez mais, e a rua não é mais o único local de recrutamento. Ao descrever os espaços de atuação dos michês, Pinel (2003) os relaciona com os mais diversos tipos de profissionais, quais sejam: o táxi-boy, aquele que oferece seus serviços pelo telefone; o michê de rua; o michê de sauna; o michê online; e o michê de marquise, que fica parado em determinado ponto, expondo-se aos clientes.

Esses podem ser considerados aspectos da territorialidade da prostituição masculina, que é classificada por Matos e Ribeiro (1995) como sendo móvel, pois se configuram conforme a dinâmica da própria cidade em que os profissionais do sexo atuam. Esse aspecto também foi pontuado por Perlongher (1987), que faz referência ao nomadismo dos michês que perambulam de um ponto a outro da cidade. Já Andrade e Teixeira (2004) ampliam essa percepção da territorialidade ao considerarem os meios de comunicação de massa como opções de divulgação dessa atividade, sendo que os anúncios em sites, jornais ou revistas substituem, de certo modo, os espaços físicos da cidade na oferta desse tipo de serviço.

Em virtude dos avanços dos meios de comunicação e das tecnologias da informação, a prostituição também se modernizou e tem se apropriado de novos espaços, que não se limitam mais às áreas públicas, como praças, ruas, avenidas, ou a lugares fechados, como saunas, boates, casas de massagem e prostíbulos. Os anúncios em jornais e revistas, os sites de relacionamento, blogs e as salas de bate-papo são, atualmente, alguns dos meios utilizados por diferentes profissionais do sexo (ALCÂNTARA, 2009).

A prostituição, mais especificamente a prostituição masculina, tem acompanhado a evolução tecnológica da sociedade, tanto em relação aos espaços físicos quanto aos virtuais. Os acessos aos meios tecnológicos têm propiciado certa facilidade para o trabalho desses profissionais, visto que nem todos precisam se expor nas ruas e em outros lugares públicos para conseguirem clientes. Ressalta-se, contudo, que esses meios não são acessíveis a todos os profissionais do sexo (ALCÂNTARA, 2009).

Essa inacessibilidade deve-se geralmente à própria condição socioeconômica. Esse fato foi percebido por Machado e Silva (2002). Ao entrevistarem garotos de programa que trabalham por meio de anúncios de jornais na cidade de Belém, no estado do Pará, constataram que esses profissionais do sexo se diferenciam quanto ao padrão de vida daqueles que se prostituem em

espaços abertos, como ruas e praças. Enquanto os michês que usam meios de comunicação apresentam nível de instrução médio e superior, os prostitutas de rua possuem nível de escolaridade mais baixa e uma realidade socioeconômica bem diferente, sem acesso à educação, à saúde, à moradia e, muito menos, às tecnologias da informação e comunicação para divulgarem suas atividades.

Ainda no universo da prostituição masculina, importa destacar que a exploração sexual dos michês ocorre de forma mais frequente em ambientes fechados, como no caso das saunas e casas de massagem. Em ambientes abertos, como ruas, praças e avenidas, esses profissionais atuam como autônomos, não dependendo, portanto, de cafetões ou cafetinas (ALCÂNTARA, 2009).

De acordo com Houaiss e Vilar (2001), a esses profissionais são atribuídos determinados vícios e condutas discriminadas pela sociedade, como a libertinagem e a vida desregrada e devassa voltada para os prazeres sexuais, festas, bebidas, drogas, furtos, agressões, ou seja, todos os comportamentos moralmente condenados e que, de um modo geral, são atribuídos aos grupos marginalizados. Ressalta-se que esses comportamentos não são adotados por todos os profissionais do sexo. Muitos desses indivíduos têm comportamentos bem diferentes daqueles estigmatizados pela sociedade.

1.4 As Determinações Socioeconômicas da Prostituição

Diversas pesquisas sobre prostituição apontam vários fatores que levam a essa prática. Esses podem ser de ordem cultural, psicológica, antropológica, socioeconômica, entre outros. Dentre esses, destaca-se o fator socioeconômico. Na Antiguidade a prostituição era praticada como meio de sobrevivência, mesmo a prostituição masculina. Santos (2013) esclarece que, na Grécia Clássica, rapazes de pouca idade (adolescentes) prostituíam-se com homens mais velhos e de elevado poder aquisitivo para fugirem da pobreza e da indigência. Com o advento do capitalismo, da industrialização e da urbanização, as desigualdades socioeconômicas entre os grupos sociais aprofundaram-se. Neste contexto, a prostituição tem se apresentado como uma saída para essa condição desfavorável, tanto para homens quanto para mulheres.

Quando se faz referência à prostituição, a primeira ideia que se evidencia é a exploração do corpo e da sexualidade por um mercado consumidor desse tipo de

“serviço”. Assim, o primeiro aspecto a ser evidenciado é o significado do termo prostituição, que é:

Ato ou efeito de prostituir-se. 1 – atividade institucionalizada que visa ganhar dinheiro com cobrança por atos sexuais e a exploração de prostitutas. 2 – meio de vida das prostitutas e prostitutos. 3 – Conjunto de indivíduos que se prostituem. 4 – Estilo de vida de prostitutas e prostitutos. 5 – vida devassa, desregrada, libertinagem (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2.316).

De acordo com a ideia apresentada, a prostituição é uma atividade intermediada pelo dinheiro e que envolve a venda do ato sexual por profissionais do sexo (homens e mulheres). Contudo, segundo Alcântara (2009), essa troca entre o cliente e o profissional do sexo (prostituta ou prostituto) não é intermediada apenas pelo dinheiro, visto que outras formas de pagamento podem ser utilizadas, como viagens, roupas, imóveis, drogas etc.

De acordo com Santos Júnior et al. (1994 apud SANTOS, 2013), a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou, em 1957, uma conceituação menos normativa de prostituição, a qual considera como prostituto ou prostituta aquele indivíduo que, mediante remuneração, seja de maneira habitual ou de qualquer outra forma, pratica relação sexual de qualquer natureza com pessoa do mesmo sexo ou de sexo oposto.

Em uma análise sobre os profissionais do sexo e seus clientes, Figueiredo e Peixoto (2014) pontuam que a prática da prostituição baseia-se na desigualdade de gênero e nas desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e geracionais. Esses aspectos, segundo os autores, influem no universo dos "prostituídos", que geralmente são mulheres, homossexuais, transgêneros, rapazes, jovens e adolescentes de baixo nível socioeconômico. Nesse grupo incluem-se também: migrantes, etnias/raças/cores discriminadas, como negros pardos e indígenas (no caso do Brasil), latinos e afrodescendentes e indivíduos provenientes do leste europeu e da Ásia (nos países do chamado primeiro mundo). Os "prostituidores", por sua vez, são homens geralmente adultos, brancos, heterossexuais ou bissexuais, que buscam o status do gênero masculino e que possuem recursos para obterem esse serviço, de modo a satisfazerem suas necessidades, fantasias ou desejos.

Os autores explicam ainda que a prostituição, consequência de explorações, vem sendo legitimada por elites e governantes, porquanto as desigualdades sociais,

que têm como consequência a miséria, levando homens e mulheres à prostituição, ainda persistem. Esse processo também está relacionado com tabus que envolvem a sexualidade, fenômeno que exclui muitas dessas pessoas da vida familiar e, desprotegidas, tornam-se vítimas da dominação dos grupos mais poderosos (FIGUEIREDO; PEIXOTO, 2014).

Vítimas da desigualdade social, a maioria dos profissionais do sexo, quando jovens, alimenta a expectativa de sair da prostituição: mulheres sonham encontrar o príncipe encantado que vai tirá-las daquela situação e oferecer-lhes uma vida segura; michês e travestis sonham com clientes fixos/amantes que vão sustentá-los. Esses indivíduos sonham com uma condição econômica melhor. Com o tempo, entretanto, essa situação não muda, e eles acostumam-se com o trabalho e, quando mais velhos, sentem-se inseridos e identificados nesse meio que lhes proporcionou o status socioeconômico que de outra maneira não conseguiriam (FIGUEIREDO; PEIXOTO, 2014).

De um modo geral, a iniciação na atividade da prostituição, tanto entre as mulheres quanto entre os homens, ocorre ainda na juventude ou até mesmo na adolescência. A pobreza das famílias, a baixa escolaridade, a falta de qualificação profissional são situações que levam esses jovens para a rua muito cedo. Por conseguinte, afastam-se da escola e ficam impossibilitados de se prepararem para o mercado formal de trabalho. A prostituição, então, torna-se a alternativa de sobrevivência; portanto, condicionada por fatores econômicos.

A centralidade desses fatores foi constatada por Perlongher (1987) em sua pesquisa com garotos de programa que atuam em áreas centrais da cidade de São Paulo. O autor afirma que:

No ingresso ao mercado da prostituição intervém uma multiplicidade de fatores. O econômico costuma aparecer manifestamente como determinante: a miséria e o desemprego crônico de vastas massas, particularmente grave entre os jovens, criam 'condições objetivas' para que a prostituição seja encarada como uma estratégia de sobrevivência e legitimada por seus praticantes enquanto tal (PERLONGHER, 1987, p.205).

Em suas reflexões sobre os fatores que levam à prostituição, Guiraldelli e Souza (2013) explicam que, no âmbito do capitalismo, a prostituição caracteriza-se como uma prática que envolve duas ou mais pessoas visando vantagem monetária, isto é, essa atividade consiste na prestação de serviços sexuais em troca de valor

expresso na forma de dinheiro. A prostituição tornou-se uma atividade bastante lucrativa, fato este que contribui, de um lado, para a exploração sexual, atendendo aos interesses de determinados grupos sociais, e, de outro, para atendimento das necessidades de grupos menos favorecidos, visto que na sociedade capitalista o acesso aos bens de uso e consumo só é possível mediante a remuneração com o trabalho.

Segundo Iamamoto (2008), vive-se atualmente em tempos de capital financeiro fetichizado, com o consumo sendo intensamente incentivado. Isso tem levado os indivíduos a procurarem novas estratégias de sobrevivência e de inserção no mundo do trabalho como meio de acesso à mercadoria e de inclusão social. É neste contexto que a prostituição tem se configurado como uma forma de atender a essas necessidades.

Na sociedade capitalista, à medida que se aprofundam as desigualdades socioeconômicas, as consequências desse fenômeno tornam-se visíveis, como:

[...] o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos extratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens (IAMAMOTO, 2008, p. 147).

Diante disso, os grupos desfavorecidos e marginalizados buscam meios alternativos de sobrevivência, que geralmente contribuem para precarizar a própria situação socioeconômica. Nesse sentido, Guiraldelli e Souza (2013) ressaltam que a mundialização e a acumulação de capital contribuem para a ampliação de diversas formas de trabalhos precários, que não são imbuídos de qualquer garantia dos direitos das pessoas que os exercem, e isso agrava a questão social.

O aspecto econômico, portanto, é que conduz o trabalho sexual exercido por homens e mulheres. Vinculada à desigualdade social e econômica, a prostituição não é apenas uma opção de sobrevivência, representa, na percepção de Radde (2014), a resistência dos sujeitos aos padrões sociais desfavoráveis, a tentativa de atenuar as diferenças de ordem econômica em uma sociedade permeada pela lógica do consumo. Essas diferenças é que têm levado garotos e garotas de programa a perambularem pelas ruas, a buscarem espaços de trabalho, inclusive na internet, no território da mídia digital, na tentativa de diminuí-las ou até mesmo superá-las.

Observa-se que a prostituição nos dias atuais não significa mais apenas o fornecimento de um serviço sexual ou o aluguel do corpo. Tem se tornado a própria transformação do ser humano em mercadoria, conforme destaca Silva e Sampaio (2014), sendo que essa prática, sob o capitalismo neoliberal, caracteriza-se pela mercantilização do ser humano, pela sua transformação em mais um objeto da indústria do sexo.

Em sua pesquisa sobre homens que se prostituem no Rio de Janeiro, Alves (2011) ressalta que nessa e em outras grandes metrópoles existe um diversificado mercado do sexo, ao qual se vincularam diversos espaços para a prática da prostituição, como bordéis, bares, discotecas, clubes para troca de casais, cabarés, internet (sexo virtual), *sex shops*, casas de massagem, hotéis, restaurantes, jornais e revistas, cinemas, tele sexo, saunas, entre outros. Ainda assim, a prostituição de rua é um dos serviços mais tradicionais e comuns desse mercado.

Na indústria do sexo, explica o autor, oferta-se relações sexuais como serviços, e os prestadores destes são homens, mulheres, travestis, jovens, idosos e, inclusive, crianças e adolescentes (ALVES, 2011). Diversos são os tipos de trabalhadores do comércio sexual: *strippers*, modelos, atores pornô, parceiros de tele sexo, acompanhantes e prostitutas propriamente ditas, que prestam serviços como acompanhantes (SANTOS, 2013), além dos *call girls* e as *escort girls*.

Analisando os fatores determinantes da prostituição, Bottechia Júnior (2005) destaca que as desigualdades econômicas e sociais é que fomentam a exploração e o comércio do sexo. Nesse mercado estão inseridos homens e mulheres das mais variadas classes sociais, muitos com formação universitária e até mesmo dominando mais de um idioma para atender ao turismo sexual. Aspectos como beleza, luxo, estética corporal e mistério acerca do trabalho fazem parte do negócio e contribuem para uma carreira de sucesso nesse mercado.

Muitos profissionais do sexo não consideram seu trabalho vinculado à prostituição por estar vinculado ao luxo, embora o produto negociado seja o mesmo. Bottechia Júnior (2005) mostra que os profissionais precisam diferenciar-se pelos atributos físicos e sociais. É preciso usar roupas da moda e conhecer os lugares mais badalados, manter sigilo sobre os eventos que frequentam (festas, convenções etc.) e as pessoas que acompanham (executivos, empresários, políticos, turistas etc.).

Para os que fazem prostituição de rua, os critérios são outros. Para eles o segredo em torno da atividade não é “a alma do negócio”, pois precisam deixar evidente quem são e o que fazem, de modo a serem identificados pelos clientes. E isso inclui também a escolha de um local da cidade reconhecido por ofertar serviços sexuais (BOTTECHIA JÚNIOR, 2005).

A indústria do sexo encontra nas necessidades socioeconômicas dos indivíduos e na própria dinâmica do capitalismo as condições para sua expansão. De acordo com Santos (2013) no mundo atual a lógica do capitalismo é exacerbada, uma vez que praticamente todas as dimensões da vida, inclusive o sexo e a sexualidade, são mercantilizadas. A prostituição adquire novas formas e até utiliza práticas típicas da contemporaneidade, como o turismo, a indústria pornográfica e a internet. Porém, uma característica que não muda é a utilização do corpo e do sexo para atender os interesses dos sujeitos: os que atuam na prostituição fornecem, mediante pagamento, serviços sexuais para a satisfação dos desejos daqueles que pagam por tais serviços. Desse modo, os profissionais do sexo oferecem uma mercadoria que tem valor de uso para que a procura, sendo que seu valor de troca se concretiza na transação sexual.

Verifica-se então, que a prostituição passou por várias territorialidades durante diversos períodos. A cinemática do sexo se encontra nas necessidades econômicas de cada indivíduo; conseqüentemente, na dinâmica do mercado e na expansão deste. A prostituição vem sendo praticada de diversas formas no decorrer do tempo e, mesmo com o advento das grandes ferramentas tecnológicas, o corpo, o sexo e a sexualidade em si continuam os mesmos, ou seja, existe a necessidade de pagamento para que o objeto sexual seja entregue.

CAPÍTULO 2 – EPISTEMOLOGIA DO TERRITÓRIO

A reflexão sobre território e seus diferentes tipos é fundamental para a compreensão de como ocorre na cidade de Goiânia a territorialidade da prostituição masculina.

Neste contexto, conforme afirma Haesbaert (2004), o território e a territorialidade, por estarem relacionados com a espacialidade humana, têm sido enfocados por diversas áreas do conhecimento, a saber: a Geografia, que enfatiza a materialidade do território com base em suas múltiplas dimensões (inclusive a interação sociedade-natureza); a Ciência Política, que analisa a construção do território mediante as relações de poder que nele se estabelecem (sendo que, na maioria das vezes, é relacionada com a concepção de Estado); a Economia, que prioriza a noção de espaço em detrimento da de território, muitas vezes concebendo este último como um fator locacional ou como uma das bases do processo produtivo; a Antropologia, que enfatiza as sociedades consideradas tradicionais (e também o neotribalismo contemporâneo); a Sociologia, que o considera com base em sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; e a Psicologia, que relaciona o território com a construção da subjetividade ou com a identidade pessoal do indivíduo. Algumas dessas noções serão consideradas neste capítulo.

Em sua análise sobre o mito da desterritorialização, Haesbaert (2004) apresenta uma síntese das várias noções de território, agrupando-as em três vertentes básicas, quais sejam: a política, considerada a mais difundida e no âmbito da qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, sendo que nela um determinado poder é exercido, geralmente o poder político do Estado; a cultural, que ressalta a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é percebido, notadamente, como resultado do processo de apropriação/valorização simbólica atribuída por um grupo ao seu espaço vivido; e a econômica, tomada como a menos difundida, e que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas. Neste contexto, o território é percebido como fonte de recursos, estando inserido no confronto entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Haesbaert (2004) aponta outra dimensão, a natural, que concebe o território com base nas relações entre sociedade e natureza, principalmente no que se refere ao comportamento natural dos seres humanos no seu ambiente físico.

2.1 Noções de território

A expressão território deriva-se do latim *territorium*, que significa terra, sentido bem próximo de térreo-terror, que quer dizer terror, aterrorizar. Desse modo, a palavra possui dois significados: de um lado, terra, e, de outro, o sentimento identitário do grupo que utiliza determinado espaço. Pode-se afirmar, portanto, que território se estende para além das barreiras geográficas, abrangendo a cultura e os valores de um povo (GONDIM; MONKEN, 2008; CASTRO, 2009).

Essa concepção foi analisada por Haesbaert (2009), que mediante consulta de alguns dicionários a considerou um tanto quanto duvidosa, mas mesmo assim interessante, em função da analogia apresentada. O autor supracitado esclarece que, posteriormente, muito do que foi divulgado sobre território, inclusive dentro da academia, baseou-se direta ou indiretamente nesses dois sentidos, ou seja, o de terra, referindo-se ao território como materialidade, e o de território, como área a qual não é permitido o acesso de todos.

Haesbaert (2004) explica ainda que, dentre as diversas concepções de território, há visões extremas – as de cunho materialista –, notadamente entre as posições naturalistas, que limitam a territorialidade ao seu caráter biológico, de modo que a própria territorialidade humana é percebida como moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinado. Há também aquelas que se baseiam numa perspectiva social, ressaltando a base material, em especial as relações de produção como o fundamento para se compreender a organização do território. Uma percepção intermediária seria aquela que considera o território como fonte de recursos (HAESBAERT, 2004).

Contudo, Haesbaert (2004) esclarece que a noção mais difundida de território é a de caráter político, ideia corroborada por Souza (2009, p. 59). Este compreende que território "é fundamentalmente um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder". Sendo assim, o que define um território é a dimensão política. Porém, além desse elemento, constata-se na definição apresentada pelo autor a percepção de território como decorrente das relações de poder delimitadas espacialmente; logo, a noção de território proposta por Souza (2009) está imbuída de um sentimento político-geográfico. Ressalta-se que Souza considera também os sentidos econômico e cultural, dimensões que para ele estão na gênese e na transformação dos territórios, sendo que umas se remetem a outras continuamente.

Em consonância com as concepções de Souza (2009) e Haesbaert (2004), outros autores (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993) também concebem o território em sua dimensão política. De acordo com Sack (1998), o território, mediante o controle político exercido sobre a área e o espaço, estabelece relações de poder utilizadas como estratégias para influenciar ou controlar os indivíduos no que tange a atribuição, concessão e manutenção de áreas territoriais. Raffestin (1993), por sua vez, percebe o território como espaço político perpassado por relações de poder e pela projeção do trabalho humano, permeado por uma diversificada teia de significações. Na concepção desse autor, quando se fala de território, faz-se, na realidade, referência à ideia de limite e delimitação do espaço. Isso significa que a manifestação de uma relação de poder ou de força dar-se-á em uma área precisa, restrita.

Esse limite a que Raffestin (1993) se refere não é estabelecido somente de forma linear, mas também zonal. O poder de gerenciar o território, permitir e conceder o seu uso e a passagem por ele, resulta da habilidade de agir diante dos diversos interesses e forças que permeiam esse espaço. Nesse sentido, detém o poder o grupo que se mantém unido frente aos demais.

Seguindo essa perspectiva, Raffestin (1993) concebe a territorialidade com base na multidimensionalidade territorial da realidade vivida pelos membros de uma coletividade social. Trata-se de relações de poder (produtivas ou existencialistas) que se estabelecem entre os atores em meio às suas relações com a natureza e a sociedade-espaço-tempo, a fim de assegurar a autonomia em função dos recursos de um sistema.

Também considerando a relação território e poder, Gomes (2002) entende o território como sendo uma parcela do espaço que é utilizada como elemento decisivo no estabelecimento do poder. Sendo assim, a territorialidade é concebida como conjunto de ações e estratégias que vão concorrer para o estabelecimento e a manutenção do poder, bem como para reforçá-lo. Nesse sentido, o autor menciona que são os atores sociais que produzem o território, partindo do espaço historicamente transformando pelas sociedades.

Por meio da análise das interpretações de Claude Raffestin e Robert Sack sobre relações de poder no território, importa mencionar outra situação, o caráter relacional do território, apontado por Haesbaert (2004). Este autor afirma que o território é relacional não apenas no âmbito de um conjunto de relações histórico-

sociais, mas também no que tange à complexa relação existente entre processos sociais e espaço material, seja este percebido como primeira ou segunda natureza. Ele ainda destaca como outra razão para se enfatizar o sentido relacional do território o fato de que este não consiste na leitura simplista de espaço, com base em aspectos como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou fronteira; porquanto se configura também como movimento, fluidez, interconexão ou, em sentido mais amplo, temporalidade.

[...] o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. (HAESBAERT, 2004, p. 93)

Ao apresentar uma distinção entre as concepções de Raffestin (1993) e Sack (1986), Haesbaert (2004), baseando-se nas relações de poder de Raffestin (1993), compreende o território como “prisão” que os homens constroem para si, isto é, um espaço socialmente apropriado, produzido e cheio de significados. Embora a ideia de controle do espaço esteja bem evidente no termo “prisão”, a territorialidade concebida por Raffestin não se limita às relações de poder. Como explica Haesbaert (2004), a noção de poder de Raffestin é ampla o suficiente para abranger também a sua natureza econômica e simbólica.

Em contrapartida, na concepção de Sack (1986), percebe-se que a ênfase dada ao território ocorre em âmbito material. Para esse autor, a noção de territorialidade é mais limitada, uma vez que é incorporada ao espaço na medida em que este é o mediador da relação de poder. Essa relação utiliza esse mesmo espaço para influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais por meio da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica, chamada, dessa forma, de território (HAESBAERT, 2004).

Nas formulações de Sack, é possível perceber uma visão ampla de território, visto que esse autor o considera como espaço que vai do nível pessoal ao internacional, sem nunca restringi-lo ao nível do Estado-nação. Além disso, Sack reconhece que as dimensões econômica (uso da terra) e cultural (significação do espaço) da territorialidade estão intimamente relacionadas com a forma como as

peças utilizam a terra, como se organizam no espaço e como atribuem significado ao lugar (HAESBAERT, 2004).

De acordo com Haesbaert (2004), outro elemento que pode ser enfatizado nas formulações de Sack acerca da territorialidade e das relações de poder é a flexibilidade, que se contrapõe à tradicional concepção de território como algo estático ou que se mantém estável ao longo do tempo. Ao enfatizar a ideia de Sack, Haesbaert (2004) menciona que a territorialidade vinculada às relações de poder consiste em um recurso estratégico que pode ser mobilizado conforme o grupo social e seu contexto histórico e geográfico.

2.1.1 A Dimensão Simbólica de Território

No âmbito das relações sobre território, é imprescindível considerar a dimensão simbólica, levando em consideração a identidade cultural e as relações sociais e materiais que se estabelecem entre os grupos sociais que ocupam determinados espaços.

Em suas análises sobre território, Haesbaert (2004) menciona a dimensão simbólica do território, pois esta vem se tornando cada vez mais evidente, em detrimento da dimensão material, mais objetiva, explica o autor. E segue com suas considerações enfatizando que, enquanto a economia global tende a tornar os espaços muito mais fluidos, a cultura e a identidade acabam por ressituar os indivíduos em micro e até mesoespaços (regiões, nações), em torno dos quais se agrupam para suas especificidades histórico-sociais e geográficas. Situações adversas, como a exclusão social, podem levar à dissolução de laços territoriais e ao estabelecimento de outros espaços. Isto é, a dificuldade de sobrevivência material faz com que muitos grupos aglutinem-se em torno de ideologias e até em espaços mais fechados, com a finalidade de assegurar sua identidade cultural (HAESBAERT, 2004).

As noções de território que não consideram a dimensão simbólica, mesmo aquelas que ressaltam seu caráter predominantemente político, correm o risco de se limitar a uma leitura materialista do território, como se este fosse passível de ser localizado e objetivado, além de não permitirem a compreensão dos laços que se estabelecem entre espaço e poder em toda a sua complexidade (HAESBAERT, 2004). Na dimensão simbólica/cultural, o território é considerado e valorizado como

o produto de um grupo na relação que estabelece com seu espaço vivido. Nessa dimensão, o valor de uso, a vivência e a subjetividade determinam relações importantes, tanto quanto as relações de poder materializadas (ONUMA; MISOCZKY, 2012). Observa-se, portanto, com base na visão relacional de território, que este envolve simultaneamente uma dimensão simbólica cultural e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar.

Ainda dentro da concepção simbólica, o território concebido com base na relação de dominação e apropriação sociedade-espaço configura-se ao longo de um contínuo processo, que abrange desde a dominação político-econômica mais concreta e funcional até a apropriação mais subjetiva e/ou cultural/simbólica. Embora seja um total equívoco distinguir essas duas esferas, não se pode ignorar o fato de que cada grupo social, classe ou instituição pode territorializar-se, mediando processos de caráter mais funcional (econômico/político) ou mais simbólico (político-cultural) no âmbito da relação estabelecida com os espaços, conforme a dinâmica de poder e as estratégias envolvidas (HAESBAERT, 2004).

Ao mencionar também a dimensão cultural do território, Silva (2000) afirma que, quando se considera o poder como elemento preponderante, deixa-se de valorizar outras formas de territorialidade. De acordo com a autora, o território “pode ser visto como um conjunto de lugares, onde se desenvolvem laços afetivos e de identidade cultural de um determinado grupo social” (SILVA, 2000, p. 7). Sendo assim, a territorialidade envolve a constituição do mundo subjetivo e pessoal; a construção de um indivíduo em relação com outro.

Nesse mesmo sentido, Souza (2005) identifica a existência de múltiplos territórios culturais dentro de um Estado-nação. Esses podem existir temporária ou indefinidamente no tempo e no espaço. Infere-se que entre esses territórios estão aqueles que podem ser apropriados e delimitados por grupos distintos, a saber: de homossexuais, mendigos, gangues, prostitutas, narcotraficantes, entre outros.

Souza (2005) propõe ainda uma abordagem de território cultural com base em uma visão flexibilizada. Conforme essa ideia, o território consiste em um campo de forças, uma teia ou uma rede de relações sociais que, mesmo com sua complexidade interna, define, simultaneamente, um limite, uma alteridade, ou seja, “a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 2005, p. 86).

O autor explica, com base em suas reflexões, que diversos tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir, não ocorrendo necessariamente uma superposição absoluta entre o espaço concreto, com seus recursos materiais, e o território, na condição de um campo de forças. Territórios, que antes de tudo são relações sociais projetadas no espaço, podem surgir e desaparecer de forma relativamente rápida, mostrarem-se mais instáveis que estáveis ou até mesmo terem existência regular, mas apenas periódica, ainda que o substrato espacial permaneça o mesmo (SOUZA, 2005). Essa ideia faz referência às territorialidades flexíveis ou flutuantes, sendo um exemplo os territórios da prostituição (feminina e masculina), cujos limites tendem a ser instáveis, com áreas de influência que se estendem pelo espaço concreto de ruas, becos e praças. A sua identidade territorial é apenas relativa ou, em outros termos, mais funcional que afetiva. Porém, isso não significa que esses territórios não sejam intensamente disputados, o que pode resultar em choques entre grupos rivais, como o caso das prostitutas e dos travestis (SOUZA, 2005).

Esses são apenas dois entre tantos grupos que se movimentam e caracterizam os territórios móveis, por meio das várias atividades desenvolvidas, pela volubilidade do que ocorre e pelo comércio estabelecido por diferentes grupos em busca de determinados serviços. Importa mencionar que disputas de forças travadas entre os diferentes grupos sociais presentes nesses lugares refletem a dominação do mais fraco pelo mais forte ou a falta de organização em grupos. Assim sendo, pode-se afirmar que territorialidade é a aglomeração de comportamentos com características comuns entre os indivíduos (OLIVEIRA, 1998; HAESBAERT, 2004).

Nesses territórios flexíveis ou flutuantes, a demarcação das fronteiras ocorre de forma invisível, notadamente nos espaços públicos, combinando a direção no espaço e a legitimidade de sua posse. A apropriação de alguns logradouros, seja na área central ou periférica da cidade, existe em função de suas particularidades, contribuindo, dessa forma, para originar determinados territórios de prostituição feminina e masculina (RIBEIRO; MATTOS, 1996; HAESBAERT, 2004).

Ainda com relação a esses territórios, Ribeiro e Matos (1996) destacam que eles surgem devido às suas funções e especificidades e ao comando de determinada área. Esses territórios também são chamados de simbólicos, pois suas fronteiras imaginárias e sua formação são realizadas por grupos que detêm o poder

daquele local ou espaço, formando assim suas territorialidades. Estas se destacam pelas relações de poder e afinidade entre os grupos sociais e pelos vínculos emocionais (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993). Desse modo, a territorialidade pode ser definida como:

Um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem. A função da territorialidade é segregar e compartimentalizar a interação humana, controlando a presença/ausência e inclusão/exclusão de determinados grupos. (RAFFESTIN, 1993, p. 159)

Contudo, é preciso destacar, no âmbito do simbólico, que território não tem o mesmo sentido de espaço, ainda que no senso comum ambos tenham o mesmo significado. Da mesma forma, territorialidade e espacialidade não devem ser utilizadas com sinônimas. Isso porque, etimologicamente, território origina-se do latim *territorium*, que significa terra pertencente a alguém, referindo-se à sua apropriação e não à propriedade, conforme explica Corrêa (1996). O autor esclarece que essa apropriação apresenta um duplo significado:

De um lado, associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido o conceito de território vincula-se à geografia política e à geopolítica. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. [...] Apropriação passa associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial (CORRÊA, 1996, p. 251).

Na concepção de Raffestin (1993), espaço não é o mesmo que território, sendo que este se constitui tendo como base o espaço, isto é, quando o indivíduo (ou grupo) dele se apropria abstrata e concretamente e nele exerce certo controle. No que se refere aos territórios da prostituição, a relação entre o concreto e o abstrato é elemento fundamental, considerando que esses indivíduos exercem o controle concreto do espaço, bem como utilizam um conjunto de códigos simbólicos que servem para construir a sua imagem. O autor supracitado destaca ainda que o território apoia-se no espaço, mediando a produção realizada pelos agentes por meio de um campo de poder que se reflete tanto nas representações espaciais como no campo simbólico.

Assim, o território enquanto terra não pode se restringir ao espaço físico, dado que representa as características de uma sociedade e seus limites estabelecidos pelo poder, tendo sua propriedade controlada pelo grupo que nele está inserido – não apenas os seres humanos, mas também os animais e os vegetais. Essa noção abrange também a cultura, a sociedade, a geografia, a política, a econômica e os fatores psicológicos de um grupo (GEIGER, 1994).

Outra percepção de território simbólico é apresentada por Saquet (2007), que o compreende como a soma de vários elementos (econômicos, políticos e culturais). Esses elementos, segundo Vilela (2009), são fundamentais para a compreensão acerca das mudanças que ocorrem no território, em especial da percepção que a sociedade tem do tempo e do espaço.

Ainda considerando a percepção de território e espaço, conforme destaca Corrêa (1994), o território está diretamente vinculado à definição de espaço, e isso o torna mais amplo, abrangendo as influências social, política e afetiva. Isso significa que o território está relacionado com as cidades e com os produtos ligados a ele. Ao corroborar a ideia de Corrêa (1994), Geiger (1994) afirma que os territórios possuem áreas de livre acesso e circulação, abertas ao público, o que promove diferentes relações lúdicas, com aglomerações de serviços centrais de variadas áreas. Esses são utilizados para que a população desfrute do ambiente como forma de agregar valor e renda.

Ao levar em consideração a percepção simbólica, Bonnemaïson (2002) caracteriza o território com base na perspectiva humana (que está para além dos significados biológicos, econômicos, sociais e políticos), concebendo-o como lugar de mediação entre os homens e a sua cultura. Nessa perspectiva, o território surge em meio a expressões, valores e marcas que os homens deixam no solo e que vão definir o seu meio de vida e o enraizamento do grupo social.

Assim percebido, o território pode ser pensado no âmbito da territorialidade, que implica na forma como os indivíduos usam o meio, organizam-se no espaço e em como atribuem sentido ao lugar (SACK, 1986).

Para Andrade e Teixeira (2004), a territorialidade no plano simbólico pode advir da consciência de que as pessoas que vivem em um determinado território têm de sua participação no processo histórico de sua formação, o que ocorre de forma subjetiva. Desse modo, a territorialidade configurar-se-ia em tudo aquilo que se encontra em um território e está sujeito à sua gestão.

2.1.2 Territorialidade, Desterritorialização e Reterritorialização

Tendo em vista que a territorialidade pode ser definida como o próprio conteúdo do território, as suas relações sociais cotidianas, que conferem sentido, valor e função aos objetos espaciais, segundo Fuini (2014), podem ser percebidas com base na perspectiva da desterritorialização, no sentido de transferência de fronteiras ou desmantelamento de identidades territoriais, e da reterritorialização, compreendida como movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade, atividades econômicas e sociais em outros lugares sob novas bases de qualificação (FUINI, 2014).

Em estudos recentes no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, as terminologias desterritorialização e reterritorialização têm sido utilizadas na abordagem de diversos temas, como o fenômeno da migração, a luta pela terra, a identidade territorial, entre outros, embora seus empregos constem, principalmente, nas obras de Deleuze e Guattari, conforme explica Chelotti (2013). Para esses autores, a desterritorialização é o movimento de abandono do território, “é a operação da linha de fuga”; já a reterritorialização consiste no movimento de construção do território. Segundo eles, a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis, sendo que o primeiro é sempre seguido do segundo. Ambos são componentes do território, sendo que as forças sociais, econômicas e políticas atuam neles como elementos de manutenção, expulsão ou atração (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Esse pensamento é ratificado por Saquet (2003), para quem a reterritorialização é simultânea à desterritorialização, visto que esses processos estão intimamente relacionados na dinâmica socioespacial.

Por sua vez, Oliven (2006) enfatiza que a desterritorialização é um termo utilizado para fazer referência a fenômenos que têm origem em um espaço e que se transferem para outros lugares. De acordo com esse autor, esse movimento somente tem sentido se associado ao de reterritorialização, uma vez que ideias e costumes saem de um lugar e instalam-se em outro, onde se adaptam e se integram.

Sobre essa questão, Chelotti (2013) pontua que todo processo de desterritorialização é seguido de outro, o de reterritorialização, seja na dimensão econômica, política ou cultural. Essa concepção coaduna com a visão de Haesbaert (2006). Segundo este autor:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de precarização socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de 'exclusão', ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67)

Nesse processo, diferentes tipos de representações adquirem forma, organizam-se e reorganizam-se no espaço a cada momento, em decorrência de diversas ações, sejam estas econômicas, culturais, tecnológicas e até mesmo religiosas. Em função dessas ações, a Geografia passou a pensar os territórios como espaços que se constroem, se desconstroem e se reconstroem por meio da dinâmica social do trabalho e das relações de produções e da circulação do capital. Essa área do conhecimento passou a considerar a destruição e a construção de um território como sendo o movimento de desterritorialização e reterritorialização (ROCHA; COSTA, 2010).

De acordo com Rocha e Costa (2010), para entender a desterritorialização é preciso compreender que o território não desaparece nesse fenômeno, mas muda de localização, isto é, adquire novo sentido relacional. Para fundamentar essa ideia, eles recorrem a Haesbaert (2006), que faz a seguinte observação:

É importante enfatizar que a desterritorialização não é um processo linear, de mão única, mas um processo caracterizado pela própria globalização. Onde existe desterritorialização há também reterritorialização. Desterritorialização é uma condição ambígua que combina benefícios e custos com várias tentativas de restabelecer. Assim, a desterritorialização não pode significar o fim da localidade, mas sua transformação em um espaço (HAESBAERT, 2006, p. 156 apud ROCHA; COSTA, 2010, p. 3).

Sendo a desterritorialização um processo de transformação, ela materializa-se em algo novo, que é reterritorializado. Desse modo, primeiro desterritorializa-se para em seguida reterritorializar-se. A reterritorialização consiste, assim, em uma nova projeção do território, devido a influências de diversas dinâmicas/agentes, conforme explicam Rocha e Costa (2010).

Essa mesma ideia é apresentada por Corrêa (1994), quando este menciona que a territorialidade consiste em um conjunto de costumes e simbologias dos grupos sociais, enquanto a desterritorialização é entendida como eliminação da sociedade que se desfaz de seu território, promovendo novas territorialidades.

Ressalta-se que a desterritorialização não extingue o território, pois este é transferido para outro lugar. Conforme Rocha e Costa (2010), o que ocorre é que o território antigo, após um agenciamento – seja de um grupo social, de uma empresa e até mesmo do Estado –, adquire uma nova função e, conseqüentemente, uma nova forma e uma nova dinâmica, inserindo ou não os agentes sociais anteriormente existentes.

2.2 Territorialidade no Meio Urbano

Visto que o tema do presente trabalho é a territorialidade da prostituição masculina em Goiânia, esta seção tem como objetivo analisar como ocorre a formação de territórios no espaço urbano, visto que este se caracteriza como um mosaico de mundos (ou lugares), no qual novos arranjos espaciais formam-se mediante diferentes usos e funções (WIRTH, 1973; RIBEIRO, 1997).

Segundo Ribeiro (1997), o espaço urbano é fragmentado, devido à sua assimilação por diferentes usos, isto é, configura-se como um mosaico de áreas com usos diferentes, distintas no que tange à sua forma e ao seu conteúdo social. Essa fragmentação permanente é complexa, sendo constantemente feita e desfeita no âmbito de um processo de construção e destruição, embora esse dinamismo não ocorra em todos os lugares, seja no tempo ou no espaço. Do mesmo modo, os diversos espaços na cidade não se articulam igualmente. Afirma o autor:

Os lugares não estão articulados entre si com a mesma intensidade, em decorrência da divisão territorial e social do trabalho que é desigual. O espaço urbano, entretanto, não é apenas fragmentado e articulado. É simultaneamente fragmentado; articulado; reflexo social – a cidade reflete a natureza social, apresenta classes sociais distintas; condição social – existência das funções sociais e de reprodução. Campo simbólico – o cotidiano vivido dia a dia e arena de lutas de direito à cidade, tendo em vista os diversos momentos de apreensão do espaço urbano. É no espaço urbano que as lutas se desenvolvem, já que a cidade é, ao mesmo tempo, cenário e objeto de lutas sociais, que tem como dimensão espacial a formação de diversos territórios, até mesmo por grupos marginais, a partir de atividades tidas como ilícitas (RIBEIRO, 1997, p. 88-89).

Com base nessas assertivas, destaca-se que a criação e recriação de territórios no espaço urbano estão vinculadas às ações de grupos (ou agentes) sociais que se apropriam dos espaços nas cidades para viverem ou desenvolverem suas atividades. Em suas pesquisas sobre a produção do espaço urbano e a

formação de territórios em Gama, Distrito Federal, Freitas e Ferreira (2011) concluíram que no espaço urbano estão presentes ações da sociedade que o cria e recria em conformidade com as práticas e intenções empreendidas sobre ele. Assim, o espaço urbano reúne, essencialmente, materialidades e imaterialidades, pressupondo ações e relações que envolvem os agentes sociais que o produzem e o consomem, criando-o e recriando-o de acordo com suas práticas.

Ao se enfatizar a participação de sujeitos sociais na (re)produção do espaço urbano, Freitas e Ferreira (2011) admitem sua participação cotidiana no contexto da cidade como um todo, além do que são percebidos como agentes de produção de espaços menores que abrangem as relações mais corriqueiras, os elos de vizinhança e o seu sentimento de pertencer, isto é, o elo afetivo e a identidade com o espaço do cotidiano.

Para os autores supracitados, ao construírem esses lugares, os agentes sociais definem, mediante socializações, formas de apropriação do espaço, o que constituem a base para suas relações. Esse espaço apropriado é cheio de significações, locuções, gestos, convivências e cumplicidade, formando identidades. Ao imprimirem no espaço urbano características particulares e partilhadas entre pessoas que compartilham a vizinhança, o bairro, as ruas, as dificuldades e até as mesmas conquistas, os sujeitos sociais definem as territorialidades no espaço vivido (FREITAS; FERREIRA, 2011).

Sendo assim, o território pode ser entendido, de acordo com a sugestão de Guattari (1985), como o produto da subjetividade de indivíduos ou grupos sociais que se apropriam de determinados espaços no contexto da cidade. Isso porque no espaço urbano estão inseridos sistemas simbólicos e morais que refletem a diversidade de projetos, interesses, culturas e identidades de seus habitantes.

O processo de construção dos territórios é dinâmico, e os espaços constituídos nas cidades são cheios de significados atribuídos pelos habitantes, que podem ou não estar organizados em grupos identitários. A atribuição de significados aos espaços urbanos resulta de alguns aspectos, como sua utilização direta pelos indivíduos e a estreita ligação com os processos sociais e culturais de construção das representações sociais (TEIXEIRA, 2003). Esse processo é assim descrito por Arantes (1994, p. 19):

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam,

hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos e significações compartilhadas.

Com base nessa concepção, os territórios podem ser considerados como um conjunto de significações compartilhadas, de forma ampla ou restrita, entre um grupo de indivíduos. Essas significações estão referenciadas nos espaços físicos da cidade, sejam estes contíguos ou não, delimitados ou abertos. Tais representações norteiam, em parte, as ações dos sujeitos nos espaços urbanos, visto que constituem construções simbólicas ancoradas nos espaços materiais das cidades, permeadas pela história e pela cultura (TEIXEIRA, 2003).

Entende-se, neste contexto, que as territorialidades dos diversos grupos que habitam as grandes cidades podem encontrar-se, em maior ou menor grau, materializadas em elementos simbólicos especialmente construídos para isso e que expressam a identidade desses grupos. Por outro lado, a maior parte dos espaços públicos e semipúblicos urbanos pode tornar-se referenciais simbólicos e lugares identitários dos mais variados grupos sociais; portanto, o suporte para suas interações sociais, mesmo que elementos materiais não tenham sido especificamente construídos por esses grupos. Sendo assim, os territórios são constituídos em um espaço físico já existente. Nesses dois casos, a existência dos territórios resulta das interações e representações sociais (TEIXEIRA, 2003).

Por meio do exposto, nota-se que a construção de territórios constitui um processo social que decorre das interações e do uso cotidiano dos espaços urbanos. Entretanto, essas interações e os usos desses espaços estão condicionados, entre outros fatores, pela cultura e pela natureza que neles ocorrem. Por conseguinte, essas interações são em parte condicionadas por regras de usos formais e informais dos espaços físicos. As regras que limitam, condicionam e reprimem o uso dos ambientes nos espaços urbanos dependem, no caso específico de uma forma de organização social como a ocidental, do tipo de propriedade desses espaços, visto que existe uma vinculação direta entre a propriedade e o controle de uso e acesso. Desse modo, a tradicional divisão entre espaços públicos e privados tem grande relevância na medida em que determina formas distintas de organização que influenciam, em maior ou menor grau, as interações sociais que neles estão presentes (TEIXEIRA, 2003).

Ao citar Lofland (1985), Teixeira (2003) pondera que o espaço público é aquele que abrange as áreas da cidade legalmente acessíveis a todos; enquanto as áreas privadas constituem aquelas de acesso legalmente restrito. Nesse caso, a acessibilidade configura-se como critério utilizado para a distinção conceitual entre as duas categorias, público e privado, decorrente, portanto, da forma de propriedade do espaço. Neste contexto, as ruas, as praças e os parques das cidades constituem exemplos de espaços públicos, uma vez que pertencem a todos os cidadãos e, em tese, estariam abertos a todos que desejam utilizá-los. Os espaços privados, por sua vez, são aqueles pertencentes a indivíduos ou grupos determinados, com o direito legalmente instituído para gerenciar seu uso e acesso. São exemplos de espaços privados: casas, supermercados, bares e shoppings centers. A diferença fundamental entre essas duas categorias reside no controle do acesso, que é maior em espaços privados, cabendo aos seus proprietários esse controle.

Contudo, Teixeira (2003) assevera que essa definição é imprecisa, na medida em que existem vários espaços públicos que, por diversas razões, tornam-se seletivos, enquanto alguns espaços privados tornam-se mais acessíveis. Como exemplo, ele cita uma praça pública que, devido ao alto índice de criminalidade, acaba por se tornar um local de lazer inacessível para as pessoas; por outro lado, a praça de alimentação de um shopping center pode se tornar alternativa diante da falta de espaços públicos seguros.

Teixeira (2003) pontua que Lofland (1985) reconhece que esse conceito não é capaz de abranger toda a diversidade e complexidade das situações existentes nos espaços públicos das cidades contemporâneas, uma vez que elas resultam das interações sociais; portanto, são permeadas por contradições e conflitos existentes entre os diversos grupos que constituem a sociedade. Ao citar Souza (2000), Teixeira (2003) apresenta categorias espaciais mais sofisticadas e que vão além da usual dicotomia espaço público versus espaço privado. São quatro as categorias propostas, a saber: “público-estatal”, “público-privado”, “condomínial” e “privado-familiar”.

O espaço público-estatal possui conceito semelhante àquele apresentado por Lofland (1985), compreendendo, pois, as ruas, as praças, os parques e os largos presentes na cidade. Em contrapartida, o espaço público-privado refere-se aos espaços que pertencem a um determinado indivíduo ou grupo, e que são utilizados por um grande número de pessoas. Ressalta-se que, diferentemente dos espaços

públicos, podem ter seu acesso restringido a determinadas categorias sociais. Os espaços público-privados estão inseridos no que se poderia denominar de lógica comercial de funcionamento. Por sua vez, o espaço “condomínial” diz respeito a um conjunto específico de lugares pertencentes a grupos definidos de indivíduos, mas possuindo áreas de uso coletivo, embora sejam ambientes mais restritivos que os público-privados, pois, basicamente, estão abertos somente para os seus proprietários, funcionários e convidados, sendo que o controle de acesso é direto. Por fim, tem-se o espaço “privado-familiar”, que compreende o espaço da casa, do lar, utilizado por reduzido número de pessoas, com controle personificado e restritivo (TEIXEIRA, 2003). Segundo Teixeira (2003), na conceituação apresentada por Souza (2000) os espaços públicos não poderiam ser considerados públicos com base em critérios de propriedade e acessibilidade.

Tendo em vista as conceituações apresentadas por Lofland (1985) e Souza (2000), Teixeira (2003) propõe três categorias distintas de espaço, quais sejam: “espaço semipúblico”, “espaço semipúblico de consumo não compulsório” e “espaço semipúblico de consumo compulsório”. Na primeira, estão inclusos os mesmos tipos de espaços mencionados por aqueles autores, tais como as praças, as ruas e os parques. A segunda categoria abrange os espaços que são de propriedade privada; contudo, são utilizados por um grande número de pessoas e tem seu acesso controlado indiretamente (não se paga taxas ou ingressos, mas possuem constante vigilância de seguranças). E a terceira categoria refere-se àqueles espaços que são de propriedade privada e de uso coletivo, sendo que para o acesso e uso é preciso pagar ingresso ou taxa ou comprar algum serviço ou mercadoria. São exemplos desse tipo de espaço: restaurantes, cinemas, teatros, saunas e boates.

Essas categorias de espaço urbano serão consideradas na análise do espaço utilizado pela prostituição masculina na cidade de Goiânia, pois, com base no conceito de território, permite compreender melhor a utilização de determinados espaços da cidade por homens que procuram outros homens, mesmo não havendo restrição social a esse tipo de encontro. Possibilita também a análise das interações que ocorrem tanto em espaço identitários rígidos, consolidados, bem como naqueles que se constituem informalmente (e marginalmente) em locais não planejados para tal fim.

No presente estudo serão analisados espaços públicos e privados que constituem territórios de prostituição masculina em seus diversos conteúdos e

significados. Esses territórios são definidos com base na apropriação, durante certo período de tempo, de uma rua ou um conjunto de logradouros por determinado grupo de prostitutas, michês, travestis, que, por meio de uma rede de relações, da adoção de códigos de fala, expressões, gestos e passos, garantem e legitimam essas áreas como território para a prática da prostituição.

2.3 Territorialidade e Prostituição Masculina

Do ponto de vista geográfico, a prostituição, independentemente de gênero – e a prostituição masculina em especial –, vincula-se intimamente ao espaço, principalmente no sentido da territorialidade, visto que os profissionais do sexo não apenas ocupam o espaço, mas também dele se apropriam e nele exercem forte controle, conforme explica Alcântara (2009).

Nesta seção faz-se necessário retomar as concepções teóricas de Haesbaert (2004), pois essas permitem entender os territórios de prostituição para além dos aspectos de materialidade, atentando-se para a forte carga de simbolismo que esses microterritórios de prostituição trazem em si, notadamente quando se analisa os territórios dos michês, nos quais prevalece mais a apropriação simbólica que propriamente o controle concreto do espaço. Isso não significa, contudo, que não exista o controle do território, mas sim que esse controle é feito de forma mais flexível em relação aos territórios dos travestis e das prostitutas (ALCÂNTARA, 2009).

Conforme mencionado anteriormente, Haesbaert (2004) concebe a categoria território tendo como base o agrupamento de três dimensões: política, econômica e cultural (ou simbólico-cultural), sendo esta última uma vertente essencial na compreensão de determinados grupos urbanos, como os da prostituição. Nessa dimensão privilegia-se a apropriação e a valorização simbólica de um determinado grupo em seu território por meio do espaço urbano.

Analisando as diversas faces do território, Souza (1995) pondera que os territórios de prostituição apresentam-se bastante flutuantes e com limites instáveis. Isso se deve, entre outras razões, aos constantes conflitos entre os diferentes grupos de prostituição – prostitutas, michês e travestis.

Outro aspecto apontado por Souza (1995) diz respeito à ideia de que os territórios podem ser construídos e desconstruídos em diversas escalas, que podem

ser temporais (dias, meses, anos, décadas) ou relativas à extensão (ruas, avenidas, regiões, etc.). Sendo assim, o território não está vinculado apenas ao Estado-nação, apresentando também uma dimensão bem mais complexa, exatamente por abranger diferentes escalas em sentidos micro e macro.

Neste contexto, pode-se afirmar que o território da prostituição masculina está vinculado diretamente às limitações dos espaços dentro do cotidiano da sociedade, sendo eles: ruas, jornais, sites e aplicativos, tomados por grupos que promovem a territorialidade. A ocupação do espaço-tempo pode sofrer bloqueios quanto à sua utilização, pois tais grupos possuem uma gama de atitudes, viabilizando a gênese, a imitação, o desmantelamento e a reestruturação do tratamento dispensado aos presentes no local. Isso porque são diferentes os grupos que utilizam determinado local como forma de comércio, vivência e aceitação (CORREA, 2005; SILVA, 200; ORNAT, 2011).

No caso da prostituição, uma rua, um conjunto de ruas ou um lugar pode se constituir como território durante certo período de tempo. Isso ocorre porque o indivíduo ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, formaliza um território. Esses pontos são delimitados simbolicamente pelos grupos e estão localizados em regiões, como ruas do centro da cidade, e em jornais, sites e aplicativos (MEDEIROS; MATTOS, 1996; HAESBAERT, 2004).

Desse modo, pode-se dizer que o limite do território que demarca o espaço de um determinado grupo o diferencia dos demais. Além disso, reforça, de certa forma, a sua própria identidade territorial. Todavia, os limites dos territórios de prostituição são móveis e instáveis e, muitas vezes, determinados pelas disputas por “pontos” nos territórios, conforme enfatiza Souza (2005).

Silva (2002) esclarece que os limites territoriais podem ainda ser usados com a intenção de excluir, dividir, subjugar ou conquistar grupos diferentes e, simultaneamente, refletir o limite de atuação do poder sobre o território. Por outro lado, existem territórios que podem unir mais de um grupo, como no caso da prostituição, em que garotas e garotos de programa dividem o mesmo espaço.

Ao discutir o território, Silva (2002) destaca que isso pode ser percebido por meio de três facetas, a saber: a física, referindo-se ao território de forma concreta; a organizacional, que se configura mediante as regras e o controle espacial; e a existencial, compreendendo a identidade do território que se configura como uma forma de limite. Assim, o território não pode ser percebido e compreendido apenas

com base em seu controle espacial mediante as relações de poder, uma vez que também possui regras, códigos e flexibilidade de seus limites, como constatado nos territórios de prostituição (SILVA, 2002).

Com base nessa análise, infere-se que os territórios de prostituição que se constituem em áreas urbanas, além do controle e a apropriação do espaço, geram suas próprias formas de identidade, e estas contribuem para os diferenciarem de outros territórios urbanos, como os das drogas, dos homossexuais, dos moradores de rua, dos punks. Nesse sentido, Costa (2007) salienta que esses diferentes processos de identificação no espaço urbano resultam em microssegregações, que caracterizam e singularizam pequenos espaços, especialmente aqueles ocupados por grupos cujos comportamentos e condutas não são aceitos abertamente pela sociedade.

Costa (2007) faz uma reflexão sobre esses pequenos espaços sociais, apontando como estes apresentam limites elásticos e permeáveis entre as suas fronteiras. Como exemplo, o referido autor menciona os territórios de prostituição ocupados por grupos de prostitutas, michês e travestis, que, às vezes, travam disputas pelo controle espacial.

Outro aspecto que merece atenção quando da análise dos territórios da prostituição, é a territorialidade. Esta permite a manutenção desses espaços de poder. Corrêa (1996) concebe a territorialidade como “o conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um território por determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (CORRÊA, 1996, p. 251-252).

As práticas e expressões desenvolvidas pelos profissionais do sexo possibilitam, de certa forma, tanto a delimitação do espaço por eles apropriado como a visualização de seus territórios pelos clientes, isto é, por parte dos indivíduos que os procuram em busca de prazer (ALCÂNTARA, 2009). Nos espaços de prostituição, as territorialidades manifestam-se de formas distintas, conforme é descrito a seguir:

No caso dos territórios dos travestis, a posse e a autoridade no controle do espaço estão muito presentes, defendendo, às vezes, de forma agressiva o seu território contra outros grupos de travestis, prostitutas ou outras pessoas que passam por seu território no intuito de fazer certas 'brincadeiras'. As prostitutas, por sua vez, também defendem e criam um forte sentimento de posse sobre o seu território, defendendo seu ponto, seja de forma agressiva fisicamente ou por meio de sua própria linguagem. Já nos territórios dos garotos de programa, a posse se dá de forma diferente,

porquanto o que prevalece é mais o simbolismo como as vestimentas, comportamentos e gestos mais ousados e o código através de olhares e manipulação das partes íntimas, que é desenvolvido pelo michê, como estratégias de sedução e entendidos por seus clientes (ALCÂNTARA, 2009, p. 39).

Algumas características da territorialidade destacadas por Mesquita (1995) servem aos territórios de prostituição (feminina e masculina), como é o caso do sentimento de posse e poder autoritário, que nesses territórios são desenvolvidos no próprio grupo, e também da linguagem, normalmente utilizada por esses agentes e que acaba por diferenciá-los daqueles que não pertencem ao grupo.

Ribeiro e Mattos (2002) relacionam alguns aspectos da territorialidade dos profissionais do sexo. Os autores citam os códigos de fala, as expressões, os gestos e passos que asseguram e legitimam os territórios para a prática dessa atividade. Com relação aos michês, destacam os atos simbólicos, como os gestuais de sua virilidade, que se constituem em códigos para a atração da clientela.

Ressalta-se que essas características referem-se aos territórios da prostituição aberta e que, na realidade, existe uma gama de estratégias criadas e utilizadas pelos profissionais do sexo para construir espaços de prostituição. Podem ser citados como exemplos os sites e aplicativos interativos utilizados na promoção de encontros para garotos e garotas de programas. Por meio de aplicativos é possível postar fotos, com o foco de atrair quem deseja se satisfazer sexualmente. A mídia, além de alcançar um grande número de pessoas, possui elevado poder de persuasão mediante a manipulação de sensações e emoções. Esses meios trazem em seu bojo a ideia de territorialidade, ampliam fronteiras e rompem barreiras territoriais (BURGOS, 2005; BURROWES, 2005; HAESBAERT, 2004).

2.4 O Território Corpo como Elemento de Dominação

Para o desenvolvimento do tema, optou-se por considerar especialmente o artigo escrito por Mondardo (2009), visto que suas análises vão ao encontro do objeto de estudo deste trabalho e das reflexões apresentadas neste capítulo.

De acordo com esse autor, o corpo também é considerado um território; é visto essencialmente como o primeiro território. Mondardo (2009, p. 3) concebe o corpo “como elemento material e inerente à existência dos seres humanos” e, como tal, “sempre foi de fundamental importância para a produção e reprodução espacial”.

Desse modo, o corpo é tanto produto como produtor das relações sociais e territoriais, configurando-se como elemento que cria relações e espaços, sendo ele próprio um espaço em constante movimento. Com base nisso, Mondardo (2009, p. 3) afirma que “o corpo criador de relações e de espaço re-cria relações de poder e, a partir destas, cria relações políticas, criando recortes no espaço que se constituem territórios”.

Para explicar esses recortes, Mondardo reporta-se à obra de Moreira (2002). Nesta o território consiste em um recorte espacial, configurando-se como o espaço de poder de um corpo; é um ponto de domínio, de regulação e da hegemonia estatal e burguesa. Sob esse ponto de vista, Mondardo (2009) esclarece que esses territórios de poder compreendem o corpo, que se torna território, bem como a espacialização dos modos e das práticas cotidianas da vida dos “sujeitos-corpos”, que também se tornam territórios. Estes estão fundamentalmente ligados pelo ordenamento, ou seja, pelo controle da ordem burguesa e da lei do Estado. Assim sendo, “os espaços são controlados através das relações de poder, que podem se expressar concretamente a nível político, econômico e simbólico, formando e (trans)formando os territórios-corpos” (MONDARDO, 2009, p. 3).

Essas formas de poder buscam manter a ordem burguesa e se refletem na maneira como os corpos deslocam-se e movimentam-se sobre os variados espaços ou, como destaca o autor, “na im-possibilidade e/ou na i-mobilidade territorial” (MONDARDO, 2009, p. 4).

Esse poder ao qual o autor se refere é aquele que se atira sobre o corpo, visando à normatização do comportamento, com reflexos na forma de movimento dos sujeitos. Objetiva-se, com isso, controlar as diversas formas territoriais que se formam para administrar os corpos. Ele ainda assevera:

A produção do poder, neste sentido, é de suma importância para a manutenção dos comportamentos dos corpos através da mobilidade adestrada, buscando torná-la cada vez mais ‘limitada’, e, desta forma, controlada. As ações dos corpos devem ser enquadradas dentro de regras e de normas impostas pelos territórios, que também devem transparecer ideologicamente para o controle, a forma cada vez mais ‘natural’ da imposição e do ordenamento, para se apresentarem, dessa maneira, como ‘normas’, como ‘naturais’ e para o ‘bem comum’ da sociedade (MONDARDO, 2009, p. 4).

Desse modo, o controle dos territórios e das formas de territorialização dos corpos é exercido com base na mobilidade e na imobilidade. Os corpos são

estrategicamente dispostos nos territórios para facilitar o controle e a dominação do espaço e sua subordinação às normas, às regras socialmente aceitáveis (MONDARDO, 2009). Para explicar esse ponto de vista, Mondardo reporta-se a Foucault (1985), para quem a ação sobre o corpo, o adestramento, a regulação do comportamento e a normalização do prazer têm como finalidade o controle do movimento dos sujeitos e das inúmeras formas territoriais por eles criadas.

Nota-se que o adestramento ocorre mediante a restrição da mobilidade livre, e esta se torna condicionada por uma série de regras e ordens com vistas ao controle dos corpos. Essa mobilidade, vinculada ao poder de controle dos corpos, ou seja, do controle do espaço e, portanto, dos inúmeros territórios, ocorre de forma estratégica, com o objetivo de manter a ordem espacial burguesa (MONDARDO, 2009).

Segundo Mondardo (2009), o ordenamento dos corpos ocorre em espaços específicos, em determinadas ordens espaciais, ou seja, nos chamados microespaços. É por meio desses que se busca disciplinar e manter a ordem dos corpos. A ordem disciplinar sobre os corpos impõe formas de convivência espacial mediante modos de convivência cotidiana. Portanto, o controle do corpo ocorre também por meio do controle da vida dos sujeitos, de suas subjetividades, dos corpos que são espaços, territórios que comportam vida e que precisam ser disciplinado, a fim de manter uma determinada forma de organização e projeção espacial dotada de normas e regras, não se permitindo qualquer desvio ou ruptura (MONDARDO, 2009).

Diante do exposto, observa-se que a tentativa de controle e adestramento dos corpos pode ser observada no âmbito da prostituição masculina. Dependendo da espacialidade vivida, esses corpos podem ser aceitos, tolerados ou rejeitados. Conforme o território onde o corpo se encontra, ele é submetido a um padrão de comportamento aceito. Nos espaços onde esses corpos se encontram, sejam em áreas mais centrais ou periféricas, eles

[...] sofrem sanções como em qualquer outra espacialidade, pois da mesma forma que o espaço constitui relações de poder, é por ele composto, posicionando corpos em centro e margem, compondo e sendo composto por espaços paradoxais (PIMENTEL, 2012, p. 8).

Essa realidade pode ser observada em Goiânia, onde a prostituição masculina é praticada nas ruas, especialmente na região Central (Av. Goiás, ruas 3,

7, 2 e 8, onde ocorre a prostituição de michês, e na Av. Paranaíba, com a prostituição de travestis); na região de Campinas (Terminal da Praça A); na região do Jardim América, próximo ao Parque Anhanguera (ao longo da Av. T-63), ocupada por travestis; e na região do Terminal do DerGo, onde se observa a prostituição de mulheres e travestis. A prostituição masculina é constatada ainda na periferia e em espaços como boates, casas de massagem e saunas.

A própria violência, ressalta Pimentel (2012), é uma forma de controle, de adestramento, e visa reforçar a condição de objeção, incidindo, de um modo geral, diretamente sobre os elementos característicos de sua diferença, quais sejam: as marcas corporais e subjetivas que evidenciam a recusa da norma. O autor prossegue: “A garantia do controle e do ordenamento do espaço se dá pela eliminação das impurezas que o ocupam ‘contaminando’ a sua paisagem” (PIMENTEL, 2012, p. 8). A violência, por vezes, visa restituir a pureza do espaço que se julga ter sido maculada, além de assegurar seu valor tanto imobiliário como simbólico.

De acordo com Pimentel (2012), a manutenção das relações de poder no universo da prostituição masculina envolve constantemente relações conflituosas, fazendo-se muitas vezes o uso da violência, seja entre os próprios profissionais do sexo, seja entre estes e outros atores sociais.

Com base em suas análises, Mondardo (2009) concluiu que o biopoder configura-se como um novo paradigma de poder que, atualmente, se encontra em vigência na sociedade de controle e que tende a dominar totalmente o corpo social. Nessa sociedade de controle, cuja máquina de agenciamento é o biopoder, o corpo constitui o primeiro território a ser dominado/disciplinado/controlado pelo Estado, preço, mercado e pela classe burguesa.

Assim sendo, ele pontua que “o corpo-território se reproduz no interior da sociedade de controle a partir do biopoder” (MONDARDO, 2009, p. 10). E ainda, explica que o adestramento efetiva-se mediante o controle do tempo, do modo de vida, das práticas, da forma de ver o mundo e de ser indivíduo. Essas formas de controle compreendem diversas formas de dominação, que vão desde o uso da força, estendendo-se até o controle da subjetividade desses sujeitos-corpos.

CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIDADE DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA EM GOIÂNIA

A cidade de Goiânia foi inaugurada no ano de 1935, época em que a economia brasileira encontrava-se debilitada, o que motivou Getúlio Vargas, então presidente do país, a investir na produção nacional. Isso resultou na reestruturação do antigo sistema colonial com base em ações voltadas para a expansão da comunicação; conseqüentemente, para a distribuição da produção, considerando os seguintes pontos: melhoria da rede de transporte e incentivo à distribuição da população concentrada na região Sudeste do país (GRANDE; BOAVENTURA, 2015).

Nesse contexto, a pretensão era que Goiânia se tornasse o marco dessa nova época, de modo que a cidade foi pensada e planejada para desempenhar a função de centro político e administrativo do estado de Goiás, além de símbolo de modernidade, que romperia com o isolamento social, político, cultural e econômico do estado em relação ao restante do país (GRANDE; BOAVENTURA, 2015).

Para tanto, ressaltam Grande e Boaventura (2005), o interventor, Pedro Ludovico Teixeira, contratou o arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima, cujo plano inicial por ele elaborado fundamentava-se em duas correntes urbanísticas distintas: a francesa e a saxônica. Além disso, esse plano inspirou-se, posteriormente, nos modelos das cidades-jardim inglesas e nas experiências americanas inseridas pelo engenheiro e urbanista Armando Augusto de Godoy, que assumiu o controle dos trabalhos de implantação da cidade após o afastamento de Attilio Corrêa Lima. Deste modo, após assumir as atividades, o novo encarregado pelo plano alterou tanto o seu traçado como propôs um novo desenho para a parte sul da cidade (GRANDE; BOAVENTURA, 2015).

Importa mencionar a contribuição de Attilio Corrêa Lima, que propôs, para a região central de Goiânia, um desenho que apresentava, em sua essência, a valorização das ruas, dos quarteirões, das praças e dos monumentos. Esse desenho também estava organizado com base em um traçado radiocêntrico e ortogonal, privilegiando o tráfego de veículos, as áreas de estacionamento e propondo um tratamento especial às praças. Um ponto de destaque nesse plano era a Praça Cívica, que se tornou o núcleo de todo o sistema, comportando os principais edifícios públicos administrativos, como o Palácio das Esmeraldas e a Secretaria

Geral. Ainda dessa praça convergiram três importantes avenidas de Goiânia: a Goiás, a Araguaia e a Tocantins. Tudo isso representou a marca de modernidade no Centro-Oeste do país, distinguindo-se marcadamente dos tradicionais traçados das cidades coloniais brasileiras, com seus sistemas de organização que levavam em conta as sinuosidades naturais dos terrenos e destacavam os edifícios religiosos (GRANDE; BOAVENTURA, 2015).

Embora Goiânia tenha sido planejada com base nos pressupostos das cidades-jardim inglesas, em que o bem-estar social sobrepujava o lucro, as reais intenções políticas e econômicas por trás de sua implantação configuraram-se como uma contradição, o que veio a se confirmar com o tempo. Houve, em um primeiro momento, a intenção de destinar espaços às vias públicas, aos jardins e às praças, mas o processo de apropriação e ocupação que se desenvolveu posteriormente naquelas áreas que se propunham a ser públicas transformou esses mesmos espaços em alvos de interesses privados, em espaços do consumo (GRANDE, 2016).

Por outro lado, por meio de uma análise do processo histórico de desenvolvimento da cidade, constatou-se que a dinâmica das transformações do espaço central da capital não estava desconectada de seu passado histórico e global, e nem das influências externas do núcleo pioneiro, de modo que, desde a década de 1930, importantes transformações de ordem econômica propiciaram um crescimento global, provocando mudanças físicas na paisagem da área central, no modo de apropriação e uso do espaço por parte da população e na representação que os indivíduos fazem acerca do espaço em suas memórias (GRANDE, 2016).

As transformações socioeconômicas que ocorreram na nova capital, desde a sua fundação, são datadas por Moysés (2004, apud GRANDE, 2016), a saber: de 1933 a 1950, de 1951 a 1979 e de 1980 a 1992. O primeiro período, de 1933 a 1950, é caracterizado pelo autor como o de afirmação do plano original e materialização do sonho urbano com a construção da cidade. No período seguinte, de 1951 a 1979, ocorreu em Goiânia um processo de urbanização caótico, devido à falta de controle sobre seu crescimento, ao abandono das diretrizes inicialmente propostas no plano original e à implantação de diversos loteamentos que não correspondiam ao padrão ideológico de um planejamento urbano moderno. Além disso, a capital tornou-se palco de crescentes contradições, decorrentes da falta de planejamento estatal voltado para a contenção da expansão urbana ilegal sob o

comando das classes sociais mais baixas. Já o terceiro período, de 1980 a 1992, foi marcado por significativas alterações socioeconômicas; porém, persistiam ainda a falta de controle no planejamento da cidade e a expansão das áreas ocupadas irregularmente para a construção de submoradias nas regiões periféricas, reflexos da ocupação desordenada do espaço urbano, situação verificada também nos dias atuais.

Essas contradições mencionadas são analisadas por Oliveira (2005), que as descreve como fenômenos urbanos que marcaram a história do desenvolvimento da cidade de Goiânia, e que surgiram em decorrência de ser o espaço da cidade dominado pela lógica do valor de troca, fator gerador de desigualdade em sua ocupação socioespacial, reflexo da desigualdade característica da divisão do trabalho. O autor argumenta que “o planejamento de uma cidade que visa erguer num determinado território fundamentalmente as dinâmicas do mercado consiste mesmo num planejamento excludente, elemento que condiciona o fenômeno urbano” (OLIVEIRA, 2005, p. 1).

Acerca das contradições verificadas atualmente em Goiânia, Grande (2016) explica que essas refletem, na realidade, as contradições históricas decorrentes do processo de urbanização e que acabaram por determinar o modo de apropriação e uso de seus espaços. Por sua vez, Oliveira (2005) destaca que as diferenças reveladas pela cidade constituem o fundamento das relações sociais. A estruturação dessas diferenças torna-se evidente quando a cidade produz um sistema de significações e de sentidos, que reúne e segrega, conforme as identidades.

A par dessas considerações, é possível afirmar que a segregação socioespacial tornou-se um fato inquestionável em Goiânia, sobretudo pelo rápido e significativo crescimento demográfico da cidade, especialmente a partir da década de 1960. O resultado tem sido a ocupação desordenada do solo e a criação de áreas segregadas, como aquelas ocupadas por excluídos ou aquelas ocupadas por pessoas que preferem viver nos enclaves dos modernos condomínios residenciais fechados (LUZ; SOARES, 2006). Portanto, esse fenômeno configura-se em segregação socioespacial. Como bem explica Sposito (2005), é social no sentido amplo do termo, pois abrange os aspectos econômico, político e ideológico; e espacial, na medida em que o espaço não é somente reflexo, mas também determinante dos processos dinâmicos que conduzem o movimento da sociedade.

Conforme ressalta Oliveira (2005), ao ocupar parcelas desiguais do espaço urbano, as pessoas (re)produzem o lugar coletivo, de acordo com a finalidade do uso e das relações sociais que estabelecem, os recursos econômicos que têm a seu dispor, os projetos políticos que mobilizam e as condições naturais do próprio espaço. Assim sendo, “a produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico” (CARLOS, 1994, p. 46 apud OLIVEIRA, 2005, p. 4-5). Portanto, o espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual, em função da necessidade de realização de determinada ação, seja ela voltada para a produção, consumo, habitação, seja ela voltada para a sobrevivência (CARLOS, 1994 apud OLIVEIRA, 2005).

Em suas análises sobre os usos dos espaços públicos em Goiânia, Grande (2016) destaca que, desde o início da construção da cidade, esses foram adequados de acordo com os preceitos da modernidade. É o caso, por exemplo, da Praça Cívica, que se destinava aos grandes eventos cívicos da cidade, e da Avenida Goiás, cujo espaço destinava-se à realização de encontros entre a população. Além desses lugares, outros que se destinavam à dinâmica social eram: a Praça do Trabalhador, o Grande Hotel, o Jôquei Clube, o Teatro Goiânia e o Café Central, todos localizados na região central da capital. Tais espaços, além de representarem a história da cidade, eram palcos de encontros de negócios, discussões políticas e de encontro da elite goiana. Por essa razão, tornaram-se bastante emblemáticos (GRANDE, 2016).

No decorrer do tempo, a região central passou por muitas alterações, tanto em função de mudanças em seus usos por parte da população como das diversas intervenções realizadas com vistas à inovação. Nesse contexto, a Praça Cívica e a Avenida Goiás também passaram por alterações (GRANDE, 2016).

De acordo com Ribeiro (2004), esse processo de transformação dos usos dos espaços públicos na área central de Goiânia, assim como a descaracterização de seu plano inicial, começou ainda na década de 1950, quando ocorreu o primeiro momento de expansão da cidade, devido às pressões dos especuladores imobiliários, o que levou o governo a render-se à iniciativa privada e à expansão imobiliária. Naquela ocasião, a região já apresentava forte vocação comercial, sendo que novas áreas residenciais eram demandadas pela população que vivia no centro da cidade, o que levou à ocupação do que hoje é o Setor Sul e à criação de novos

bairros, o que contribuiu para a alteração dos usos iniciais dos espaços do Setor Central, inclusive com o deslocamento de diversas atividades do centro para as novas áreas, como o Setor Oeste, Setor Norte e Setor Leste (GRANDE, 2016).

A partir da década de 1960, observou-se, em Goiânia, como marco de seu primeiro grande crescimento, o movimento imigratório de operários para a construção de Brasília. Com o ciclo de crescimento demográfico após a construção da nova capital federal, problemas foram sendo evidenciados, dentre esses a falta de loteamento com infraestrutura para a população de baixa renda. Nesse contexto, a cidade estava em plena expansão, ganhando mais 125 bairros. Além disso, a população crescia vertiginosamente, e o trânsito alterava-se com a chegada de mais e mais carros. Esses aspectos apontados contribuíram para as transformações espaciais do centro da cidade e, com relação às áreas públicas, comprometiam a acessibilidade (GRANDE, 2016).

Na década de 1970, as transformações dos usos e dos espaços da região central foram ainda mais significativas, assim como nas demais áreas da cidade. Isso porque,

[...] a partir dos anos 70, o processo especulativo de ocupação urbana tomou conta de Goiânia, convertendo-a em mais uma cidade brasileira de exclusão social e econômica. O resultado direto desse quadro foi a degradação do espaço urbano, com o comprometimento da qualidade de vida de seus moradores. Essa ocupação irregular dá-se, via de regra, nos vazios urbanos – principalmente no que se refere ao desenvolvimento de atividades econômicas informais – em áreas centrais [...]. Assim, o centro vai gradativamente sendo abandonado pelos moradores e ocupado por prestadores de serviços e comércio. (RIBEIRO, 2007, p.150 apud GRANDE, 2016, p. 70)

Nos anos 1980, a expansão demográfica e comercial iniciada anteriormente continuou a trazer, em seu bojo, novas mudanças ao espaço público, notadamente na região central da cidade, e também em outros setores, como o Setor Oeste e o Setor Sul, que já se encontravam consolidados. Em razão do maior dinamismo desses bairros, o Setor Central perdeu, para a elite, a referência de local de residências, e isso contribuiu para o esvaziamento e a transformação dos espaços públicos na região. Diante disso, o Setor Oeste tornou-se a nova opção, e nesse se estabeleceram novos espaços comerciais e de lazer noturno. Também, a região Sul da cidade contribuiu para esse esvaziamento, com a construção do Shopping

Flamboyant, travando embate entre espaço privado comercial e espaços públicos da região central (GRANDE, 2016).

Na década de 1990, o centro de Goiânia já apresentava os problemas urbanos típicos da maioria das áreas centrais urbanas das demais cidades brasileiras. Durante o dia, a rotina desse espaço tem como base a atividade comercial e financeira. À noite, contudo, o cenário muda, e passa a refletir a insegurança, o medo e outras formas de usos dos lugares antes ocupados por residências, como o tráfico de drogas e a prostituição. Nesses espaços, além dos confrontos sociais decorrentes da relação entre o uso do espaço público e as atividades comerciais diurnas, a realidade noturna evidencia o conflito social vivido por grupos socialmente excluídos (GRANDE, 2016).

Nessa nova realidade urbana do centro da cidade, os contra-usos nos espaços públicos surgem como resposta ao uso tradicional ou ao uso determinado pelas estratégias da gestão pública, reconfigurando o espaço da cidade através de uma contranarrativa pautada em novas significações, tanto para o local público quanto para seus agentes. Nessa direção, nota-se que estes contra-usos e suas narrativas contribuem para a construção de novos lugares na cidade, repletos de novas articulações sociais as quais muitas vezes passam despercebidas na dinâmica 'regular' tradicionalmente imposta na cidade. (GRANDE, 2016, p. 89).

Atualmente, o centro de Goiânia apresenta-se como espaço permeado de fronteiras contraditórias, que distinguem as diversas práticas sociais, bem como as distintas e antagônicas visões de seus usuários. Em meio a esse complexo sistema de territórios, os locais públicos configuram-se em suportes físicos de significações e sentidos, que reúnem e segregam, conforme as identidades (GRANDE, 2016; OLIVEIRA, 2005).

Como base no modo como Goiânia está organizada espacialmente e considerando as distinções ora apresentadas, a presente pesquisa abordou a territorialidade da prostituição masculina nessa cidade.

3.1 Os Territórios da prostituição masculina em Goiânia

Com o fato de obter informações relevantes acerca da prostituição masculina em Goiânia, recorreu-se, inicialmente, às fontes bibliográficas, cujo tema fosse a prostituição masculina nessa cidade. Por meio dessas fontes, foi possível fazer o levantamento dos territórios onde os sujeitos atuam, as características desses

territórios, os aspectos da prostituição masculina na cidade, entre outras informações. Posteriormente, realizou-se o levantamento do número de profissionais que atuam na região pesquisada, e selecionada a amostra da pesquisa. Constatou-se, preliminarmente, 85 profissionais do sexo masculino, com base exclusivamente em consulta em *sites*, aplicativos, jornais, saunas e a própria rua. O período selecionado para pesquisa foi de março a maio de 2016.

Do universo de 85 profissionais, foram selecionados 17 para as entrevistas, obtendo um nível de confiança de 90%, com erro amostral de 18%. Estas foram realizadas mediante a aplicação de dois questionários: um de caráter sociodemográfico (ANEXO A), e outro consistiu em um roteiro de entrevista semiestruturada (ANEXO B).

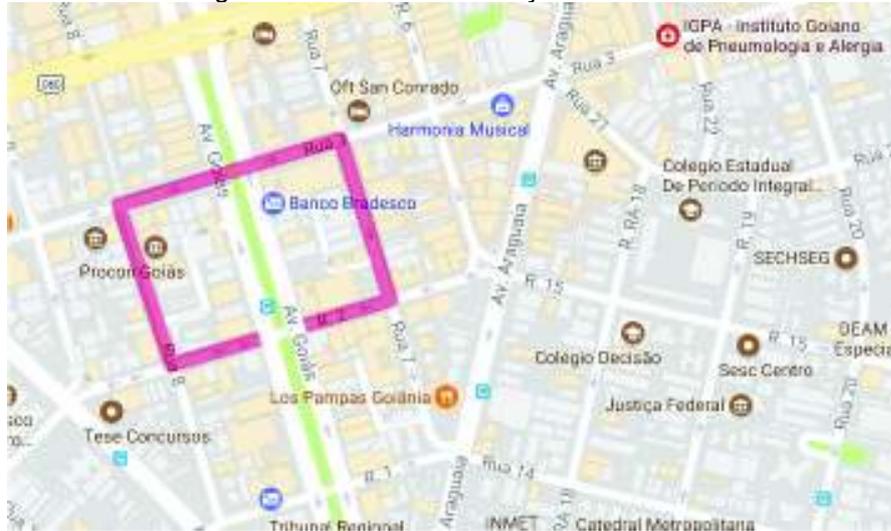
No primeiro contato com os profissionais, teve-se o cuidado de esclarecer para eles que a pesquisa era de cunho acadêmico; portanto, prezava-se pelo sigilo e o anonimato, não os expondo. Do total de participantes, 3 foram contatados na rua, 5 em sauna, 2 por meio de jornal, 5 em sites e 2 pelo aplicativo Grindr. As entrevistas foram feitas em lugares diversos, sendo que 8 participantes foram entrevistados nos territórios onde atuam (saunas e ruas); 8 foram entrevistados em ambientes livres; e 1, em uma academia de musculação.

Em se tratando de profissionais do sexo, o anonimato é uma condição necessária. Desse modo, houve cuidado para que os registros de informações e imagens (caso fossem realizadas) não comprometessem a vida social do entrevistado. Isso porque,

No caso dos michês, que exercem uma profissão, que sofre muito preconceito, o cuidado deve ser redobrado com as manipulações das informações coletadas, pois alguns garotos mantêm sua atividade em segredo, pelo fato de alguns morarem com a família, outros são casados e não podem ter suas vidas expostas (ALCÂNTARA, 2009, p. 47).

Importa mencionar que foi realizado um levantamento das áreas onde a prostituição masculina é praticada em Goiânia, tanto pelos travestis como pelos garotos de programa, embora para este trabalho o foco tenha sido a região onde os michês atuam. Verificou-se, assim, que estes atuam, principalmente, na área que compreende as ruas 7 e 8, no cruzamento com as ruas 2 e 3, vias próximas à Avenida Goiás, no centro de Goiânia (Figuras 1 e 2). Essa movimentação ocorre à noite, sobretudo aos finais de semana.

Figura 1 – Território de atuação dos michês



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2017)

Figura 2 – Imagem aérea do território de atuação dos michês



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2017)

A título de informação, uma pesquisa realizada pelo Jornal Diário da Manhã, em 2014, identificou algumas áreas onde travestis dividem espaço com as prostitutas para a realização do comércio do sexo. As regiões identificadas foram: ao redor do Terminal do Dergo; Bairro São Francisco, na região oeste de Goiânia, próximo ao Parque Anhangüera (ao longo da Av. T-63) e onde existe grande quantidade de motéis; áreas próximas ao Terminal da Praça A, em Campinas; e região da BR-153, na divisa entre Aparecida de Goiânia e a capital, frequentada especialmente por travestis (TAVARES, 2014).

Em Goiânia, as formas de divulgação dos serviços prestados pelos garotos de programa são variadas: jornal, *site*, aplicativo, sauna e rua. Esta última, contudo, tem sido considerada por muitos profissionais como a mais perigosa, em função da

exposição e violência. Observa-se que os sites vêm conquistando a preferência dos michês, tanto pela segurança quanto por permitir aos clientes a visualização do “produto” que está sendo comercializado.

Tomando o universo abordado, a investigação apontou que: 88,23% usam sites, 29,41%, saunas, 12,94%, anúncios em jornais; aplicativos, 10,58%; e 8,24% expõem-se nas ruas.

Com relação à amostra, 64,70% dos entrevistados fazem uso de sites; 47,06%, de saunas; 35,29%, de anúncios em jornal; 29,41, de aplicativos; e 17,64 fazem a divulgação em pontos em ruas.

Esses números coadunam com os resultados da pesquisa realizada por Silva (2006) em espaços de prostituição masculina em Goiânia, que constatou, à época de sua pesquisa, que a utilização de anúncios em jornais e a ciberprostituição, ou seja, sites de relacionamentos são meios utilizados pelos garotos de programa para se prostituírem.

Tabela 1. Formas de divulgação da prostituição masculina em Goiânia

Formas de Divulgação	Dados levantados tendo como base o universo da pesquisa	%	Quantidade de respostas obtidas por meio das entrevistas	%
Sites	75	88,23	11	64,70
Saunas	25	29,41	08	47,05
Jornais	11	12,94	06	35,29
Aplicativos	09	10,58	05	29,41
Ruas	07	8,23	03	17,64

Fonte: (PESQUISA DO AUTOR, 2017)

Observa-se ainda, mediante dados apresentados, que o aplicativo vem adquirindo relevância. Nota-se, desse modo, que, com os avanços dos meios de comunicação e das tecnologias de modo geral, o ciberespaço tem sido um dos meios mais utilizados por diferentes profissionais do sexo (ALCÂNTARA, 2009).

Nos sites de relacionamento, os michês tanto divulgam suas características físicas como exibem imagens. Contudo, nem todos mostram suas verdadeiras fotos, a fim de se manterem no anonimato, fato este constatado por Alcântara (2009) em sua pesquisa sobre os territórios dos garotos de programa na região central de Manaus.

Em Goiânia, os profissionais que atuam nesses territórios são, geralmente, bastante objetivos com relação ao trabalho. Recorrem aos sites para atrair e seduzir os clientes, destacar a beleza física e atributos íntimos, como demonstra a Figura 3:

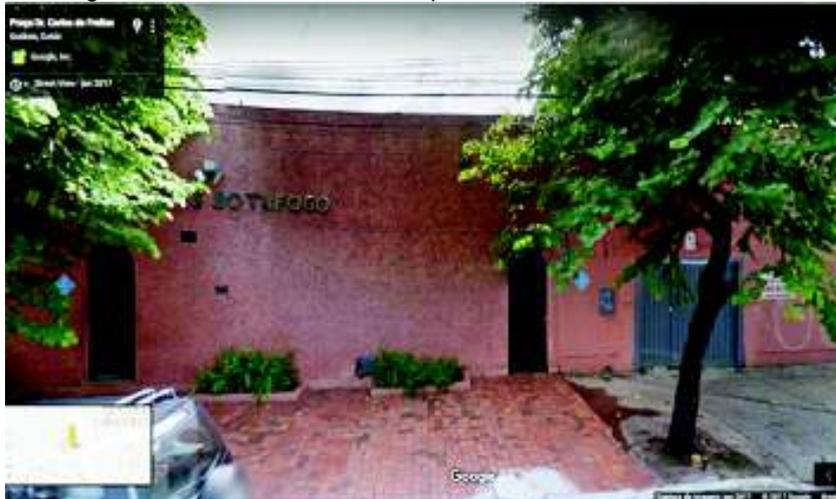
Figura 3 - Anúncios de garotos de programa em sites



Fonte: (ACOMPANHANTE EXECUTIVO, 2017)

As saunas destinadas ao público masculino homossexual consistem também em espaços bastante procurados por michês, principalmente aqueles que evitam se expor nas ruas por causa da violência e lugares frequentados por indivíduos dependente de drogas, considerados agressivos, conforme mencionado por alguns garotos de programa entrevistados nesta pesquisa. A Figura 4 apresenta uma sauna destinada a esse público em Goiânia.

Figura 4 - Sauna destinada ao público masculino em Goiânia



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2017)

Alguns entrevistados alegaram preferir a sauna pelo fato de o valor pago nesse estabelecimento ser menor do que a divulgação em sites e jornais. Um entrevistado identificado como G. B. disse que a opção pelos territórios saunas e aplicativos deve-se à gratuidade ou ao baixo capital empregado; porém, esclareceu que paga ao proprietário da sauna o mesmo valor que os clientes, pois utiliza toalha,

chinelos e armários (R\$ 20,00). O entrevistado ressaltou ainda que as cabines são pagas pelos clientes, assim como o transporte quando o aplicativo é utilizado. Além disso, os proprietários lucram com os produtos consumidos no bar. Observa-se que, nas saunas, os garotos de programa que trabalham sujeito às regras do estabelecimento precisam valer-se de estratégias para seduzirem os clientes, visto que trabalham de forma autônoma (ALCÂNTARA; 2009).

A veiculação de anúncios em jornais, outro território bastante explorado por um número significativo de michês, tem por objetivo divulgar os atributos físicos desses garotos, de acordo com a categoria em que se inserem. Assim, atributos como “malhado”, altura, peso, nome e referências aos órgãos sexuais – como a descrição “exagerado” – são utilizados para valorizar as características masculinas, de modo a corresponder aos desejos dos clientes. Outro aspecto observado é a relativa autonomia desses indivíduos para decidirem o tipo de clientela que pretendem atender. Em alguns anúncios, observa-se a expressão “casais/você”, como demonstra a Figura 5:

Figura 5 - Anúncios de garotos de programas em jornais



Fonte: (CLASSIFICADOS DO JORNAL O POPULAR, 2016)

Um aspecto importante a ser considerado é o tipo de clientela atendida pelos michês: a grande maioria atende a homens (94,12%) e a casais de homens (76,47%), como observado na Tabela 2:

Tabela 2 - Clientela atendida pelos michês em Goiânia

Tipo de Clientela	Quantidade	%
Masculino	16	94,11
Feminino	11	64,70
Casal de Homens	13	76,47
Casal Bissexual	09	52,94

Fonte: (PESQUISA DO AUTOR, 2017)

Geralmente, por ter uma clientela diversificada, o michê não se define como homossexual, e justifica seu trabalho pela necessidade econômica, encarando-o como algo provisório (SILVA, 2004). O aspecto referente à identidade do michê foi profundamente trabalhado por Perlonger (1987). Esse autor afirma que:

Os michês não somente costumam encarar sua prática enquanto provisória, mas descarrega sobre seus parceiros homossexuais o peso social do estigma. O fato de não abandonar a cadeia discursiva e gestual da normalidade lhes possibilita esses recursos (PERLONGER, 1987, p. 12).

É comum entre esses sujeitos a valorização de aspectos que apontem para a virilidade masculina – vestindo-se de forma convencional, por exemplo –, sendo que o reconhecimento por parte de sua clientela é feito mediante a leitura de gestos e sinais corporais, que os garotos de programas cultivam nos territórios onde atuam.

Ao analisar a identidade do michê em Goiânia, Silva (2004) ressalta que esta deve ser entendida em um contexto relacional, em que categorias como homossexual, heterossexual e bissexual sejam definidas como situacionais. Neste sentido, a masculinidade é percebida a partir de uma perspectiva relacional, sendo significada e ressignificada no contexto das diferentes relações sociais que esses indivíduos estabelecem.

Ainda sobre esse aspecto, Fabregas-Martinez (2000) destaca que a homossexualidade adquire, no universo da prostituição masculina, formas e significados diferenciados, sendo que o “estar homossexual” caracteriza, para esses profissionais, as “bichas” ou os clientes. Desse modo, a homossexualidade é vista pelos michês como algo provisório e casual, e que se justifica pela necessidade de ganharem dinheiro.

Neste sentido, embora o foco desta pesquisa seja a prostituição masculina, faz-se necessário mencionar brevemente a prostituição feminina. Esses sujeitos atuam em alguns territórios onde os michês também atuam, como os jornais, que são usados para divulgar os serviços prestados, as características ou atributos para

atrair os clientes. Isso fica evidenciado por meio da forma como são elaborados os anúncios (Figura 6), começando com nomes e alguns vocábulos e expressões, tais como: “loira”, “morena”, “lindíssima”, “gatíssima”, “linda mulata”, “completa”, “sem frescura”, entre outros. Além disso, verifica-se que, nos classificados dos jornais, os anúncios de garotas de programas estão em maior quantidade que os dos garotos.

Figura 6 – Anúncios de garotas de programa em jornais



Fonte: (CLASSIFICADOS DO JORNAL O POPULAR, 2016)

Ao contrário do michê, que vende a imagem da virilidade, a prostituta vende a imagem feminina sem as dimensões corporais, destacando, porém, a idade como um diferencial. O fato é que, no contexto da prostituição, é possível encontrar dois polos distintos, o profissional feminino e o masculino, bem como as representações relativas às performances gestuais e discursivas, que certamente são fundamentais nas relações que se estabelecem entre esses profissionais e seus clientes. Assim, de um lado do polo, encontra-se a venda da figura da virilidade; do outro, a da feminilidade.

3.1.1 Perfis socioeconômico e profissional dos michês em Goiânia

Por meio da aplicação do questionário sociodemográfico, foi possível traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados, conforme Tabelas 3 e 4.

Tabela 3. Perfil Socioeconômico dos Entrevistados

Faixa Etária	Quantidade	Participação (%)
18 a 25 anos	06	35,29
26 a 30 anos	06	35,29
31 a 35 anos	03	17,64
36 a 39 anos	02	11,76
Estado Civil		
Solteiro	11	64,70
Divorciado	01	5,88
Casado ou vive com companheiro regular	05	29,41
Escolaridade		
Ensino Fundamental	01	5,88
Ensino Médio	07	41,17
Ensino Superior	05	29,41
Especialização	04	23,52
Renda Mensal (R\$)		
0 a 5.000,00	08	47,05
5.001,00 a 10.000,00	05	29,41
10.001,00 a 20.000,00	04	23,52
Tempo de Exercício da Profissão		
0 a 2 anos	02	11,76
3 a 4 anos	03	17,64
5 a 7 anos	06	35,29
8 a 10 anos	06	35,29
TOTAL	17	100,00

Fonte: (PESQUISA DO AUTOR, 2017)

Tabela 4 – Quantidade de horas trabalhadas

Horas semanais trabalhadas como michê	Quantidade	Participação (%)
0 a 10 horas	02	11,76
11 a 20 horas	03	17,64
21 a 30 horas	05	29,41
31 a 40 horas	01	5,88
41 a 50 horas	03	17,64
51 a 60 horas	03	17,64
TOTAL	17	100,00

Fonte: (PESQUISA DO AUTOR, 2017)

Com relação à faixa-etária, predomina aquela que se estende dos 18 aos 25 anos (35,29%), seguida daquela que vai dos 26 aos 30 (35,29%). Nota-se, portanto, que há um número significativo de indivíduos jovens atuando no mercado profissional do sexo masculino. Esse fato leva à reflexão de que a idade do michê é fator importante nesse mercado, considerando que os clientes valorizam a juventude dos garotos de programa. De um modo geral, os dados corroboram a premissa exposta por Alcântara (2009) de que a maior parte dos clientes prefere e procura os michês mais jovens.

Já com relação ao estado civil, a maioria dos entrevistados afirmou ser solteiro (64,71%), embora alguns tenham declarado ter namorada, como é o caso do participante C. J., que afirmou: “Tenho namorada, mas ela não sabe desta minha atividade”, demonstrando, assim, ter vida dupla, ou seja, uma profissional e outra social. Outros entrevistados declararam-se casados (5,88%) ou vivendo com companheiro regular (29,41%). Dentre esses, existem casos em que o companheiro também faz programas.

Quanto ao nível de escolaridade, constatou-se que mais de um terço dos pesquisados (41,17%) concluíram o ensino médio, evidenciando o baixo nível de escolaridade, o que compromete a inserção desses sujeitos no mercado formal de trabalho, que, hoje, além de competitivo, é bastante exigente em termos de qualificação profissional. Por outro lado, um número significativo de entrevistados (52,93%) afirmou ter concluído o ensino superior ou feito especialização. Isso permite inferir que a baixa remuneração da atividade profissional escolhida, de um lado, e a vantagem financeira obtida com a profissão do sexo, de outro, acabam influenciando a escolha dos sujeitos pela segunda opção.

Por exemplo, o entrevistado C. J. disse possuir formação superior em História e pós-graduação *lato sensu* em Docência Universitária, mas o baixo salário pago ao docente no país o desestimulou com relação ao exercício dessa profissão. Atualmente, ele trabalha em vendas, que também não considera ser uma área que ofereça bons ganhos financeiros. Assim, ao perceber a facilidade de ganhar dinheiro fazendo programas na sauna, optou por essa situação, embora não seja um trabalho muito fácil.

Neste contexto, importa evidenciar um aspecto constatado durante a pesquisa: a maioria dos sujeitos acomodou com relação à renda com o trabalho no mercado do sexo. Constatou-se também que muitos esboçam a vontade ou a intenção de continuar os estudos, pois o baixo nível de instrução e a falta de qualificação profissional são fatores que impedem a inserção no mercado formal de trabalho.

De fato, a renda mensal declarada pela maioria dos michês é bastante significativa, visto que mais da metade dos pesquisados (52,93%) têm renda cujo valor é superior a R\$ 5.000,00, podendo chegar até a R\$ 20.000,00. Vale ressaltar, que, com a possibilidade de uma renda mais elevada, fazer programas torna-se para os michês uma opção não apenas com o objetivo de atender às suas necessidades

básicas de sobrevivência, mas também para satisfazer o desejo de consumo de bens, como roupas, sapatos, eletroeletrônico, automóveis, imóveis, lazer, etc., incluindo o consumo de entorpecentes.

Nota-se que a busca por uma renda elevada é motivada, ainda, pela necessidade de sustentar a família. Dentre os entrevistados, 23,52% afirmaram ter entre 1 e 3 dependentes. Em síntese, tanto a necessidade como o desejo de obter bens de consumo têm motivado os sujeitos a exercerem atividades no mercado do sexo, embora mais da metade (52,93%) esteja atuando no mercado formal de trabalho.

Essa realidade é ratificada também pelo tempo em que exercem a profissão. A maioria dos entrevistados (70,58%) está na atividade entre 5 e 10 anos, o que pode ser atribuído aos elevados rendimentos e à impossibilidade de encontrarem, no mercado formal de trabalho, um emprego que os remunere bem.

Para se ter um ganho elevado no mercado do sexo, deve-se dedicar uma boa quantidade de horas ao trabalho de acompanhante. Foi verificado que 35,28% dos entrevistados trabalham de 31 a 60 horas por semana; enquanto 29,41%, até 20 horas por semana; e outros 29,41%, de 31 a 40 horas por semana. Dentre os que trabalham em menor quantidade de tempo, as razões podem ser atribuídas à necessidade de conciliar o emprego formal e dar atenção à família ou ao companheiro(a).

Além dos aspectos socioeconômicos, o perfil profissional também é relevante para se entender o universo dos michês e a configuração de seus territórios. Um dos aspectos investigados neste contexto foi a faixa-etária dos clientes que buscam os serviços. Constatou-se que as idades variam de 18 a 80 anos, conforme informações dos próprios entrevistados, com destaque para a faixa-etária de 20 a 60 anos.

Tabela 5 – Perfil profissional dos michês em Goiânia

Razão para o cliente buscar o serviço	Quantidade	Participação (%)
Carência e fantasia	05	29,41
Prazer e fetiche	04	23,52
Carência, desejo e fantasia	03	17,64
Realizar fantasias sexuais	04	23,52
Diversão	01	5,88
Razão para a escolha da profissão		
Dificuldade Financeira	07	41,17
Dinheiro	07	41,17
Outras (prazer, curiosidade, vocação)	03	17,64

Categoria de atendimento que se insere		
Garoto de programa / michê	07	41,17
Acompanhante	05	29,41
N/R	03	17,64
Um bom produto	01	5,88
Homossexual	01	5,88
Como os valores são cobrados		
Depende do tipo de atendimento	09	52,94
Depende da fantasia	03	17,64
Depende do cliente	02	11,76
Depende se é ativo ou passivo	02	11,76
N/R	01	5,88
Finalidade do anúncio		
Atrair os clientes	06	35,29
Segurança	04	23,52
Vender-se como produto	02	11,76
Vale tudo	03	17,64
Despertar a fantasia, o desejo	02	11,76
TOTAL	17	100,00

Fonte: (PESQUISA DO AUTOR, 2017).

Questionados sobre o porquê dos clientes buscarem seus serviços, as respostas destacaram: carência e fantasia (29,41%), prazer e fetiche (23,52%), realização de fantasias sexuais (23,52%). Os dados permitem inferir que os clientes procuram os garotos de programa para práticas que não são permitidas em suas relações conjugais. Por sua vez, os michês estão ali para atender a esses desejos, prestar o “serviço” em troca de uma remuneração. O pesquisado identificado como P. I. afirmou que a carência e fantasia são as razões que levam os clientes a procurá-lo. Ademais, esse entrevistado mencionou que é bastante procurado por pessoas envolvidas com o Executivo do país.

Com relação às razões que os levaram a escolher essa profissão, os entrevistados, em sua grande maioria, pontuaram: dificuldade financeira (41,17%) e dinheiro (41,17%). De fato, muitos dos michês pesquisados são provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo, possuem baixa escolaridade e estão excluídos do mercado de trabalho, e encontraram, na prostituição, uma forma de garantir a sobrevivência. Desse modo, a busca por ganhos elevados também é razão para isso. P. I. relatou que viu nessa profissão a oportunidade de resolver seus problemas financeiros, como pagar a faculdade de Engenharia Civil. Corroborando esses dados, o pesquisado B. R. disse ter se inserido na atividade de garoto de programa devido à falta de dinheiro para pagar algumas contas.

A busca constante por ganhos mais elevados motiva esses profissionais a atenderem em mais de um território. Dentre os entrevistados, 76,74% afirmaram atuar em vários territórios, como *sites*, aplicativos, jornais, entre outros. Por exemplo, o participante P. I. declarou que atua em vários territórios, disse já ter conseguido apartamentos e pensa em deixar esse trabalho. Dentre os sujeitos participantes da pesquisa, 88,24% afirmaram não trabalhar com intermediário ou agenciamento; isto é, a maioria dos garotos de programa recebe integralmente os valores pagos pelos clientes.

Sobre os territórios em que atuam, aos entrevistados foram questionados se esses são violentos: 76,47% disseram não. No entanto, isso não significa que a violência não exista. Um dos michês, C. J., que atua em sauna, alertou para o fato de que muitos garotos de programa que frequentam a rua não têm boa índole; muitos são usuários de drogas, “flanelinhas” de rua, que usam o local para arrecadar dinheiro, sendo esses, de certa forma, violentos. Inclusive, ele alegou já ter percebido a presença de possíveis criminosos no ambiente.

Questionados sobre a categoria de atendimento em que se inserem, 41,17% declararam-se garotos de programa/michês; seguido por aqueles que se designaram como acompanhantes, 29,41%. Apenas 1 entrevistado admitiu ser homossexual. É evidente que muitos se identificam como profissionais do sexo heterossexuais, que se relacionam com homens por dinheiro, não por serem homossexuais. Davi (2006 *apud* ALCÂNTARA, 2009, p. 104) ratifica essa ideia ao explicar que nem todos os michês se consideram homossexuais, característica geralmente atribuída aos clientes, especialmente “numa sociedade em que predomina o padrão de homem heterossexual que, na sua posição de machão, procura exercer sua superioridade sobre os demais grupos”.

Com relação a como os preços são cobrados, a maior parte dos entrevistados (52,94%) afirmou que depende do tipo de atendimento; para outros (17,64%), depende do tipo de fantasia; e também da forma como vai atuar, se passivo ou ativo (11,76%). Como observado, os programas são negociados de acordo com o tipo de serviço prestado, as fantasias do cliente, o tipo de cliente e até em termos de atividade/passividade. O garoto de programa A. X., por exemplo, afirmou cobrar o preço de R\$ 150,00 por hora de atendimento; porém, na madrugada, quando é chamado para prestar serviço, o preço pode chegar a R\$ 250,00. Há ainda o acompanhamento em eventos e festas, que é negociado. Cobra-se também o

traslado e a hospedagem, quando houver. Inclusive, uma das razões que motiva a escolha do território é a possibilidade de obter maior ganho financeiro, conforme pontuou 29,41% dos entrevistados; para outros 29,41%, a indicação de colegas de trabalho é outro fator que influencia a escolha.

A última questão relativa ao perfil profissional dos michês diz respeito à finalidade que os levou a fazerem os anúncios e se existem regras para a elaboração destes. Todos os pesquisados afirmaram que não há regras. Desse modo, para 35,29% a finalidade primeira é atrair os clientes; para 23,52%, a segurança é o fator principal. Um dos entrevistados, identificado como G. B., destacou que, para chamar a atenção dos clientes, é preciso aguçar o desejo deles; para tanto, não se divulga os anúncios tomando como base a realidade, mas sim a fantasia de seu público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui apresentadas permitem concluir que a prostituição é considerada uma das profissões mais antigas do mundo; na Antiguidade, era exercida tanto por mulheres quanto por homens. Para as primeiras, era uma prática social e culturalmente aceitável. A prostituição masculina, por sua vez, era praticada por sujeitos jovens e muito pobres, que exerciam essa atividade como meio de sobrevivência.

No decorrer do tempo, as mudanças econômicas pelas quais passaram as sociedades, em decorrência da Revolução Industrial e das novas práticas mercantilistas, influenciaram a prostituição praticada por mulheres e por homens. As desigualdades sociais e econômicas que ocorreram a partir de então levaram esses sujeitos a perceberem e a buscarem essa atividade como meio de sobrevivência e de ganhos monetários mais significativos, que lhes permitissem, inclusive, realizar alguns projetos de vida, e adquirir bens de uso e consumo.

No caso da prostituição masculina, os trejeitos efeminados que a caracterizavam na Antiguidade não são, atualmente, mais tão desejados, valorizando-se a masculinidade e a virilidade. A exemplo da prostituição feminina, a masculina tem sido motivada por razões econômicas, pela busca de melhores condições materiais e pela falta de qualificação profissional para o exercício de atividades no mercado formal de trabalho.

Atualmente, muitos se tornaram michês como consequência da precarização do trabalho, da desigualdade social e do desemprego, além do desejo de uma vida mais confortável e a busca de maior retorno financeiro, o que, muitas vezes, não é garantido por outras profissões. Mas, ao adentrarem a esse universo, veem-se obrigados a assumirem diferentes identidades, e as manterem em segredo perante a família e a sociedade. Além do mais, para permanecerem na atividade, os michês criam e recriam diferentes identidades a cada programa realizado, a cada personagem interpretado.

É neste contexto que a prostituição masculina vem se expandindo e ocupando diversos territórios. Contudo, o garoto de programa não exerce controle em todo e qualquer território da prostituição. Esse é o caso, por exemplo, das saunas, onde quem controla é o dono do estabelecimento. Realidade constatada inclusive em Goiânia. Por essa razão, em ambientes fechados de prostituição, a

territorialidade é um fator relevante para os michês, visto que, para serem identificados por seus clientes, precisam se diferenciar dos outros sujeitos que estão no mesmo território.

No entanto, importa ressaltar que, com relação à prostituição masculina, pode-se afirmar que existe uma fluidez e uma autonomia maior para o profissional, dado que, praticamente, não existe a figura do intermediário e agenciador. Além disso, com a disponibilidade dos novos meios de comunicação, a exposição ocorre de outra forma, sem a necessidade de um cafetão ou cafetina. Esse grupo tem ainda como característica, a fluidez, visto que os indivíduos não permanecem por muito tempo em um mesmo ponto ou território.

Os espaços onde a prostituição masculina é praticada são muitos e diversificados, abrangendo desde lugares públicos, como ruas, avenidas, praças, entre outros, passando por ambientes privados, como prostíbulos, boates, casas de massagem, saunas, etc., até ciberespaços, como *sites* de relacionamento, salas de bate-papo, aplicativos, *blogs* e, ainda, anúncios de jornais.

O território da prostituição de michês em Goiânia busca atender às exigências do mercado sexual, no qual os clientes, em sua maioria, procuram garotos de programa para satisfazerem desejos e realizarem fantasias sexuais. Os michês se apresentam de acordo com os padrões fantasiosos de uma masculinidade viril.

Pode-se afirmar que os territórios de prostituição dos michês na região central de Goiânia consistem em um espaço multiterritorial, onde esses sujeitos convivem com diversas territorialidades, e, para assegurar presença e controle de espaço, criam códigos, estratégias comportamentais e gestuais, identificados somente por aqueles agentes que se inserem nesse território.

Observa-se que esses territórios servem, durante o dia, como locais de serviços e comércios (bens e consumo); à noite, funcionam também como locais de comércio, mas do sexo, em que os garotos procuram obter ganhos financeiros, passando o corpo também a se constituir enquanto território.

Pontua-se que a cidade de Goiânia passou por uma transformação urbana em sua região central, havendo um deslocamento de capital humano e físico para outros bairros; conseqüentemente, verificou-se a instalação de um novo território noturno, povoado por michês, travestis e garotas de programa, isto é, uma nova fronteira contraditória de diversas práticas sociais e culturais.

Constatou-se, no decorrer desta pesquisa, que a prostituição masculina em Goiânia ocorre em espaços públicos, como ruas e avenidas, sendo esse o caso do território delimitado entre as ruas, 7 e 8, no cruzamento com as ruas 2 e 3, vias próximas à Avenida Goiás, no Setor Central, e em espaços privados, como saunas, boates e casas de massagem.

Verificou-se também que essa atividade inseriu-se em novos territórios na medida em que novos meios de comunicação e novos espaços foram criados, como *sites* de relacionamento, salas de bate-papo e aplicativos, além dos anúncios de jornais, sendo bastante utilizados por questões de segurança e anonimato, e por apresentarem maior possibilidade de atrair clientes.

Por outro lado, nota-se que esses avanços em tecnologia e comunicação ainda não estão ao alcance de todos. Para muitos garotos de programa, a rua e a sauna ainda são as melhores opções, em virtude dos valores cobrados pela utilização dos novos meios de divulgação. Ainda assim, os diferentes meios utilizados pelos michês revelam que, em Goiânia, esses sujeitos ocupam diversos espaços, que vão além dos territórios rua e ambientes fechados, configurando-se em um mercado bastante aquecido na cidade.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao controle territorial. Entre os garotos de programa, esse aspecto é mais flexível em relação às prostitutas e aos travestis. Observa-se que os michês permitem a entrada de novos garotos de programa, fato comprovado por meio de entrevistas feitas com os michês que atuam nas ruas. Muitos afirmaram ter chegado a esse território por indicação de outros profissionais.

Nota-se ainda, por meio das reflexões realizadas sobre a prostituição masculina em Goiânia, que as territorialidades dos michês, mediante suas práticas espaciais, ajudam a manter e a fortalecer seu território, práticas essas expressas por gestos viris, comportamentos, formas de abordagens e olhares, que são percebidos e entendidos pelos clientes, mas não por outros sujeitos que circulam no território e que não compartilham dessas práticas.

Diante do que foi apresentado, a área ocupada pelos garotos de programa na região central de Goiânia pode ser compreendida como um território socialmente apropriado e repleto de significados. As particularidades desse espaço contribuem para que se constitua o território da prostituição masculina, no qual esses sujeitos exercem o controle do espaço e utilizam um conjunto de códigos simbólicos que

serve para construir a sua imagem, assegurando e legitimando o território para a prática da prostituição.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Mariana Luciano; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Prostituição**: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, set. 2013.

ALCÂNTARA, Jean Moreira. **Territórios invisíveis**: territorialidades dos garotos de programa na área central de Manaus. Manaus: Universidade Federal do Amazonas-UFAM, 2009.

ALVES, Alan de Loiola. **Homens que se prostituem e as diferentes identidades**. Anais... Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – Olhares Diversos sobre a Diferença, 3. João Pessoa - PB: Universidade Nove de Julho, 2011.

ANDRADE, A. C.; TEIXEIRA, A. E. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole**, n. 11, p. 137-157, 2004.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole**. São Paulo: PUC, 2004. p. 137-157.

ARANTES, Antônio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 23, p. 19-28, 1994.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. **“Vamos fazer uma sacanagem gostosa”?**: Uma etnografia dos desejos e das práticas da prostituição masculina carioca. 2012. Dissertação (Mestrado) Antropologia – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BOTTECHIA JÚNIOR, Décio. **Uma análise dos fatores determinantes da prostituição feminina**. 2005. 60 f. Dissertação (Mestrado) Economia - Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF, 2005.

BRAZ, Stanley. **Prostituição feminina**: história e territorialidades no espaço urbano de Teresina. 2011. Disponível em: <<https://geografiaespacotempoecultura.wordpress.com>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

BURBULHAN, Fernanda. **A experiência michê**: um estudo fenomenológico. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Ciências – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP, 2014.

BURGOS, M. B. Cidade, territórios e cidadania. Dados. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.

BURROWES, P. Viagem ao território da publicidade. **Revista CMC-ESPM**. São Paulo, v. 2, n. 5, p. 205-219, 2005.

- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Prostituição-corpo como mercadoria. **Mente & Cérebro-Sexo**, v. 4 (edição especial), dez. 2008.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica Territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-25, fev. 2013.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1996. P. 251-265
- COSTA, Benhur Pinós da. **Por uma Geografia do cotidiano**: território, cultura e homoerotismo na cidade. (Dissertação Doutorado). Porto Alegre – RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Geociências, 2007.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FÁBREGAS-MARTINEZ, Ana Isabel. **Na batalha**: sexualidade, identidade e poder no universo da prostituição. Porto Alegre: Dacasa, 2000.
- FIGUEIREDO, Regina; PEIXOTO, Marcelo. Profissionais do sexo e vulnerabilidade. **Desigualdades e Iniquidades em Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 196-201, maio 2014.
- FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte. Territórios com identidade cultural. RIMISP, 2006. Disponível em: <http://camara.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estratégias_Developmento.pdf>. Acesso em: 14. Set. 2016.
- FOUCAULT, Michel. Espaço e Poder. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 139-145, 1994.
- FREITAS, Tânia Maria de; FERREIRA, Cleison Leite. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana: o caso da quadra 50 da cidade Gama-DF. **Anais...** Circuito de Debates Acadêmicos, 1. Brasília – DF: IPEA, 2011.
- FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terra Plural**. Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2014.
- GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana**: ensaio de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONDIM, G. M. de M.; MONKEN, M. Territorialização em saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Orgs). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

GRANDE, I. O. de; BOAVENTURA, D. M. R. Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações do espaço da praça cívica e Avenida Goiás. *Revista Percursos*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 74-98, jan./abr. 2016.

GRANDE, I. O. de. Setor Central de Goiânia: usos e contra-usos no espaço público. (Dissertação Mestrado). Goiânia-GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO/Depto de Ciências Econômicas, 2016.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de território na cidade. **Revista Espaço & Debates**. São Paulo, n. 16, p.109-120, 1985.

GUIRALDELLI, Reginaldo; SOUZA, Marisa Fernandes de. Prostituição masculina em Belo Horizonte: evidências da questão social. **OIKOS: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n. 2, p. 133-262, 2013.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

LUZ, J. S. da; SOARES, B. R. Goiânia: uma cidade no/do sertão. II Encontro de Grupos de Pesquisa. Uberlândia – MG: UFG/1G, junho de 2016. Disponível em: www.w3.ufsm.br/engrup/ilengrup/pdf. Acesso em: 05 out 2017.

MACHADO, Joani de Nazaré Campos; SILVA, Sílvia Cristina de Souza. **Perfil psicossocial da prostituição masculina em Belém**. Amazônia: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde/UNAMA, 2002.

MATOS, Rogério Botelho de; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 57-59, jan./dez. 1995.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Orgs). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 1995. P. 76-92.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O corpo enquanto primeiro território de dominação**: o biopoder e a sociedade de controle. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/modardo-marcos-o-corpo.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2016.

OLIVEIRA, J. C. A casa e a rua: frutos do trabalho social ou local de dominação? **Boletim Goiano de Geografia**, v. 18, n. 2, p.47-62, 1998. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4288/3762>>. Acesso em: 16 set. 2016.

OLIVEIRA, A. F. de. A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. Observatório Geográfico de Goiás. 2005. Disponível em: www.ippur.ufrj.br/observatorio. Acesso em: 05 nov 2017.

OLIVEN, R. G. Território, fronteiras e identidades. In. SCHULER, F.; BARCELLOS, M. de A. (Orgs). **Fronteiras**: arte e pensamento na época do multiculturalismo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; MISOCZKY, Maria Ceci Araújo. Uma reflexão sobre a noção de desterritorialização identitária e suas implicações para políticas de acolhida de refugiados. Encontro da ANPAD, 36. **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 22 a 26 de setembro de 2012.

ORNAT, M. J. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti no sul do Brasil**. (Tese). Programa de Pós-graduação em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.gete.net.br/joomla/attachments/article/77/Projeto%20de%20TESE.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

PARENT, Duchatelet et al. **História da prostituição**: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna. São Paulo: Livraria Editora Antônio de Carvalho, 1948.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIMENTEL, Ivan Ignácio. Territórios da Prostituição de Travestis: marcas, corpos e signos. **Anais...** Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói-RJ: ANINTER – SH/PPGSD – UFF, 03 a 06 de set de 2012.

PINEL, Hiran. **Educadores da noite**: educação especial de rua, prostituição masculina e prevenção às DST/AIDS. Belo Horizonte - MG: NUEx-PSI, 2003.

RADDE, Augusto. Entre prazer e necessidade, o discurso do corpo na prostituição masculina. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940). In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1996.

RIBEIRO, M.A.C.; MATTOS, R. B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Revista Território**, v. 1, n. 1, p. 60-76, 1996. Disponível em: <<http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/016ribeiro%20mattos.pdf>>. Acesso em: 147 set. 2016.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Prostituição de rua e turismo em Copacabana – A Avenida Atlântica e a procura do prazer. **Revista Território**, ano 2, n. 3, p. 87-99, jul./dez. 1997.

ROCHA, Gabriela Silveira; COSTA, José Elofio da. Do território à desterritorialização: o caso dos atingidos pela barragem de Anagé (BA). **Anais... Encontro Nacional dos Geógrafos**, 16. Porto Alegre - RS: AGB, 2010.

SACK, Roberto David. **Human territoriality-Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Maria Lourdes dos. **Da batalha na calçada ao circuito do prazer: um estudo sobre prostituição masculina no centro de Fortaleza**. Fortaleza - CE: UFC/Depto Ciências Sociais, 2013.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007 (Coleção Geografia em Movimento).

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições Est, 2003.

SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, J. M. (Org). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa – PR: Todapalavra, 2009.

SILVA, Jan Carlos da. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). **Territorio e prostituição na metrópole carioca**. São João do Meriti – RJ: Ecomuseu Fluminense, 2002. P. 16-56.

SILVA, Joseli Maria. Culturas e Territorialidades urbanas. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 9-36, 2000.

SILVA, Roberto Florentino da; SAMPAIO, Fernando dos Santos. Prostituição: Sexo e Mercadoria. **Geografia**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 85-105, jan./jun. 2014.

SILVA, R. A. Prostituição: artes e manhas do ofício. Goiânia: Câne Editorial, 2006.

SILVA, R. A. Mulheres da vida? Um estudo sobre prostituição feminina. Dissertação Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Ciência Humanas e Filosofia/Depto de Ciências Sociais, 2004.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs).

Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopers de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano em dez anos de GASPERR: reflexão individual sobre uma trajetória coletiva. In: SPOSITO, E. S. (Org). Produção do espaço e redefinições regionais. Presidente Prudente – SP: UNESP/FCT/GASPERR, 2005, p. 85-116.

TAVARES, M. O Mapa da Prostituição na Grande Goiânia. Diário da Manhã, 2014. Disponível em: <https://tonnyribbtop.blogspot.com.br/2014/01/0-mapa-da-prostituição-na-grande-goiânia.html>. Acesso em: 10 nov 2017.

TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. **Territórios homoeróticos em Belo Horizonte:** um estudo sobre as interações sociais nos espaços urbanos. (Dissertação Mestrado). Belo Horizonte – MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

TREVISAN, João Silvério. **Seis balas num buraco só:** a crise do masculino. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VILELA, B. P. **Interpretação das paisagens culturais na Bacia Hidrográfica do rio caldas: uma proposta de princípios para ações em educação ambiental sustentada.** (Dissertação Mestrado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.

WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In: VEKHI, Otávio Guilherme (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

ANEXO I – Questionário sociodemográfico	
<p>1. Qual é o seu sexo?</p> <p>Masculino</p>	<p>2. Qual é a sua idade?</p>
<p>3. Qual é o seu estado civil?</p> <p>() Solteiro(a) () Casado(a)/Vive com companheiro(a) regular</p> <p>() Divorciado(a)</p> <p>() Viúvo(a)</p>	
<p>4. Qual é a sua escolaridade?</p> <p>0. Ensino Fundamental ()</p> <p>1. Ensino Médio ()</p> <p>2. Ensino Superior ()</p> <p>3. Pós-Graduação (especialização) ()</p> <p>1. Mestrado ()</p> <p>2. Doutorado ()</p> <p>3. Pós Doutorado ()</p>	
<p>6. Você possui dependentes?</p> <p>() 0. Sim _____ números dependentes</p> <p>() 1. Não</p>	
<p>7. Qual é aproximadamente a sua renda no mês?</p>	
<p>8. Quanto tempo faz que você exerce a profissão?</p>	
<p>9. Você tem outro emprego além deste de acompanhante?</p> <p>0. () Sim. Qual área?</p> <p>1. () Não</p>	
<p>10. Quantas horas por semana você trabalha como acompanhante?</p>	

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Como é o público que você atende? Masculino, Feminino, casais, etc.?
- 2) Qual a média da idade dos seus clientes?
- 3) Porque você acha que o público procura seu serviço?
- 4) De que forma você atende? Jornais, Saunas, Rua, Internet? O que levou você a procurar este tipo de território?
- 5) Quais os meios que você usa para divulgar seu serviço?
- 6) O que te levou a esta profissão de acompanhante?
- 7) Como você chegou até este território (principalmente rua)?
- 8) Quando você sai deste território, você continua atendendo em outro local?
- 9) Porque você elaborou aquele tipo de anúncio? Existe alguma regra?
- 10) Existe algum intermediário entre você e seu cliente?
- 11) Considera o local que está inserido como violento? Fale sobre o local.
- 12) Você se classifica em algum tipo de categoria do seu atendimento?
- 13) Há algum tipo de agenciamento? Se sim, como é feito?
- 14) Há diferenças de valores cobrados? Se sim, quanto é e como é?